

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

NATHÁLIA CHRISTIE BERTRAND CUNHA

**REVISTA BIBLIOMAR À LUZ DAS BOAS PRÁTICAS DE PUBLICAÇÃO
CIENTÍFICA**

São Luís
2024

NATHÁLIA CHRISTIE BERTRAND CUNHA

**REVISTA BIBLIOMAR À LUZ DAS BOAS PRÁTICAS DE PUBLICAÇÃO
CIENTÍFICA**

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da
Universidade Federal do Maranhão como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Diana Rocha da Silva.

São Luís

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Cunha, Nathália Christie Bertrand.

Revista Bibliomar à luz das boas práticas de publicação científica / Nathália Christie Bertrand Cunha. - 2024.

94 p.

Orientador(a): Diana Rocha da Silva.

Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Comunicação Científica. 2. Revista Bibliomar. 3. Boas Práticas de Publicação Científica. 4. Publicação Periódica Científica. 5. Manuais de Publicação Científica. I. Silva, Diana Rocha da. II. Título.

NATHÁLIA CHRISTIE BERTRAND CUNHA

**REVISTA BIBLIOMAR À LUZ DAS BOAS PRÁTICAS DE PUBLICAÇÃO
CIENTÍFICA**

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da
Universidade Federal do Maranhão como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Diana Rocha da Silva.

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Diana Rocha da Silva (Orientadora)

Doutora em Educação Escolar

Universidade Federal do Maranhão

Prof. César Augusto Castro

Doutor em Educação

Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Raimunda de Jesus Araujo Ribeiro

Doutora em Multimédia em Educação

Universidade Federal do Maranhão

*Dedico este trabalho à minha família e amigos
pelo auxílio e apoio durante toda esta jornada.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela minha vida, minha saúde, pelas oportunidades, pelas pessoas incríveis que me permitiu conhecer durante a minha jornada acadêmica e pessoal. Por me dar forças e acreditar que nada é impossível para Deus, por me tornar uma mulher forte e corajosa que independente de todas as dificuldades seguiu firme por saber que existe um ser supremo que me dá a oportunidade de levantar todos os dias e recomeçar.

Agradeço a minha família, aos meus pais Daniella Bertrand e Carlos Henrique, aos meus irmãos Daniel Bertrand e Luan Bertrand por serem minha base e motivação para tudo. É por eles também que sempre acreditei em mim, no meu potencial e me deram forças para conseguir finalizar esta etapa da minha graduação. Saibam que me esforço todos os dias para ser o orgulho de vocês assim como são para mim.

Agradeço aos meus amigos da vida e da jornada acadêmica por passarem a maioria das adversidades juntos. Choramos, sorrimos e compartilhamos muitos momentos que levarei para a vida. Em especial a Claudia Polliny e a Jaciara Miranda que foram minhas companhias de todos os dias na UFMA, a Juan Azevedo por toda ajuda, apoio e oportunidade para minha experiência profissional, a Marcos Castro, amigo, parceiro e companheiro de vida. Obrigada por tudo. Amo vocês!

Agradeço aos meus amigos do Curso de Hotelaria e aos meus amigos do Nedhel foi uma oportunidade imensa conhecer vocês.

Agradeço aos meus professores do Nedhel, César Castro, Samuel Castellanos e Diana Rocha. E aos professores do Curso de Biblioteconomia por todo aprendizado ao longo desses anos.

Agradeço à Professora Doutora Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro pelo incentivo e orientação.

Agradeço à minha orientadora Diana Rocha pelos ensinamentos, pela disposição, por toda ajuda e orientação durante todo esse período de formação.

Agradeço às minhas supervisoras Valéria Regina e Maria Aldenir pelas oportunidades e por todo aprendizado.

Agradeço a minha banca examinadora pelos ensinamentos e orientações.

Agradeço a Universidade Federal do Maranhão, instituição pela qual sempre sonhei em conseguir entrar e através dela também tive a oportunidade de conhecer um ambiente de ensino em que muitos infelizmente não têm esse privilégio.

Agradeço pelas vivências e por tudo que passei, independente se foram momentos bons ou ruins, porque me permitiram crescer e amadurecer. Sou extremamente grata a cada oportunidade. Este é apenas mais um dos sonhos que estou realizando.

“Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Freire, 2000, p. 67 *apud* Andreola, 2011, p. 313).

RESUMO

Práticas de publicação científica da Revista Bibliomar à luz das recomendações indicadas nos manuais de Boas Práticas de Publicação Científica tendo como norte o Manual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) (2010), Norma Técnica Brasileira 6021 (NBR) (2015), Critérios Scielo Brasil (2022) e o Relatório do Qualis Periódicos (2019). O objetivo central do trabalho é analisar até que ponto a Política Editorial da Revista Bibliomar adota os requisitos mínimos recomendados para publicação de Revistas Científicas. Discute as categorias: Comunicação Científica, Publicação Periódica Científica, Boas Práticas de Publicação Científica, Configurações e Recomendações das Boas Práticas Editoriais. Caracteriza a Revista Bibliomar, enquanto periódico do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, fruto da disciplina Política Editorial. A partir da pesquisa bibliográfica, nota-se como a Comunicação Científica e seus canais vêm se desenvolvendo ao longo dos anos permitindo um maior alcance na transmissão e divulgação de pesquisas e ideias. E através da documental fornece o amparo na análise descritiva da Política Editorial da Revista Bibliomar em relação aos elementos e critérios definidos pelos documentos oficiais que orientam na prática da publicação científica. Nota-se que a Revista Bibliomar passou por um longo processo de adaptação entre os anos de 2015 a 2017 devido a migração do seu formato de um periódico impresso para o eletrônico. Portanto, verifica-se que somente a partir de 2018 a Bibliomar começa a adotar as configurações recomendadas. Para a análise foram destacados os nove requisitos mínimos do Manual ANPAD para as configurações da etapa de criação de um periódico e onze recomendações para política de divulgação, qualidade e conduta ética, totalizando 20 elementos. Por fim, esses dados foram comparados e analisados, onde foi verificado a adoção e o cumprimento dos requisitos indicados nos manuais, bem como a identificação da necessidade de uniformização, padronização e inclusão de elementos essenciais à transparência e divulgação do seu processo editorial. Constata que o periódico, porém, ainda com essa escassez não alcança em sua totalidade as configurações dos requisitos e critérios definidos pelos manuais de publicação científica, mas percebe-se que a Equipe Editorial da Revista Bibliomar vem buscando implementar durante esses anos desde a sua integração no Portal de Periódicos Eletrônicos da UFMA as Boas Práticas Editoriais.

Palavras-chave: comunicação científica; Revista Bibliomar; boas práticas de publicação científica.

ABSTRACT

Scientific Publishing Practices of the Revista Bibliomar in Light of the Recommendations Indicated in the Good Scientific Publishing Practices Manuals, Using as a Guide the Manual of the National Association of Graduate Studies and Research in Administration (ANPAD) (2010), the Brazilian Technical Standard 6021 (NBR) (2015), Scielo Brazil Criteria (2022), and the Qualis Periodicals Report (2019). The main objective of the work is to analyze to what extent the Editorial Policy of the Revista Bibliomar adopts the minimum recommended requirements for the publication of scientific journals. It discusses the following categories: Scientific Communication, Periodical Scientific Publication, Good Scientific Publishing Practices, Configurations and Recommendations for Good Editorial Practices. It characterizes the Revista Bibliomar as a journal of the Library Science Course at the Federal University of Maranhão, developed as part of the Editorial Policy course. Through bibliographic research, it is noted how Scientific Communication and its channels have evolved over the years, allowing for greater reach in the transmission and dissemination of research and ideas. Additionally, through documentary research, it provides support for the descriptive analysis of the Editorial Policy of the Revista Bibliomar in relation to the elements and criteria defined by official documents that guide scientific publishing practices. It is noted that the Revista Bibliomar underwent a long process of adaptation from 2015 to 2017 due to the migration from its printed format to an electronic journal. Therefore, it is observed that only from 2018 onwards did Bibliomar begin to adopt the recommended configurations. For the analysis, the nine minimum requirements of the ANPAD Manual for the configuration of the journal creation stage and eleven recommendations for disclosure policy, quality, and ethical conduct were highlighted, totaling 20 elements. Finally, these data were compared and analyzed, where the adoption and compliance with the requirements indicated in the manuals were verified, as well as the identification of the need for standardization, uniformity, and inclusion of essential elements for the transparency and dissemination of its editorial process. It is concluded that the journal, even with these shortcomings, does not fully meet the configurations of the requirements and criteria defined by the scientific publishing manuals. However, it is perceived that the Editorial Team of the Revista Bibliomar has been striving to implement Good Editorial Practices over the years since its integration into the UFMA Electronic Periodicals Portal.

Keywords: scientific communication; Revista Bibliomar; good scientific publishing practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Processo de submissão de manuscritos	32
Figura 2 - Macroprocesso Editorial do Periódico Ciência da Informação	33
Figura 3 - Logo OJS	75
Figura 4 - Logo Licença <i>Creative Commons</i>	77
Figura 5 - Logo Licença <i>Creative Commons</i> em artigo publicado	77
Figura 6 - Histórico de tramitação editorial	78
Figura 7 - Rodapé Publicação Revista Bibliomar	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Canais e meios de comunicação	27
Quadro 2 - Estrutura de uma Publicação Periódica Científica	29
Quadro 3 - Ações do processo editorial de um periódico	31
Quadro 4 - Estrutura da Política Editorial da Revista Bibliomar	47
Quadro 5 - Seções do Manual ANPAD	50
Quadro 6 - Estrutura para publicação periódica científica em meio eletrônico	51
Quadro 7 - Seções dos Critérios Scielo Brasil	52
Quadro 8 - Requisitos mínimos do Manual ANPAD	55
Quadro 9 - ISSN das edições publicadas da Revista Bibliomar (2015-2024)	57
Quadro 10 - Afiliações institucionais	65
Quadro 11 - Edições publicadas entre 2015 a 2024	71
Quadro 12 - Critérios de Boas Práticas de Publicação Científica	75
Quadro 13 - Afiliação institucional do Conselho Editorial e Comissão Científica	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPAD	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BASE	<i>Bielefeld Academic Search Engine</i>
BRAPCI	<i>Base de Dados em Ciência da Informação</i>
CC	Comunicação Científica
CE	Comissão Editorial
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DOAJ	<i>Directory of Open Access Journals</i>
DIADORIM	Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras
DIB	Diretoria Integrada de Bibliotecas
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISSN	<i>International Standard Serial Number</i>
LivRe	Revista de Livre Acesso
LatinRev	Rede Latino-Americana de Revistas Acadêmicas em Ciências Sociais e Humanas
NBR	Norma Técnica Brasileira
NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação
OJS	<i>Open Journal Systems</i>
PKP	<i>Public Knowledge Project</i>

PPPGI	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
REDIB	Red Iberoamericana de <i>Innovación y Conocimiento Científico</i>
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA	21
2.1 Canais de Comunicação Científica	23
3 PUBLICAÇÃO PERIÓDICA CIENTÍFICA	28
3.1 Processo editorial científico para publicação periódica	30
3.2 Critérios de qualidade para a publicação científica	33
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	37
5 BOAS PRÁTICAS DE PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA NO PROCESSO EDITORIAL DA REVISTA BIBLIOMAR	40
5.1 Revista Bibliomar	41
5.1.1 Política Editorial da Revista Bibliomar	46
5.2 Manuais de Publicação Científica: Manual ANPAD (2010), NBR 6021 (2015), Critérios Scielo Brasil (2022) e o Relatório do Qualis Periódicos (2019)	49
6 CONFIGURAÇÃO DA REVISTA BIBLIOMAR: análise descritiva	54
6.1 Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas	55
6.2 Dados das organizações responsáveis pela publicação	58
6.3 Missão do periódico, foco temático e qualidade	60
6.4 Dados e afiliações da equipe editorial	62
6.5 Lista dos revisores do periódico no ano	65
6.6 Normas de submissão, procedimentos de tramitação e arbitragem	66
6.7 Fascículos, apresentação e endereço eletrônico dos autores	69
7 RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO, QUALIDADE E CONDUTA ÉTICA: segundo o Manual ANPAD	73
7.1 Sistema de Gerenciamento Eletrônico	74
7.2 Prazos de submissão	75
7.3 Licença <i>Creative Commons</i>	76
7.4 Legenda bibliográfica: direitos de cópia e do histórico de tramitação editorial	78
7.5 Legenda bibliográfica: nome do periódico, volume, paginação do artigo e logo Licença <i>Creative Commons</i>	79
7.6 Processo editorial compartilhado entre pesquisadores e docentes	79
8 CONCLUSÃO	83

REFERÊNCIAS	86
APÊNDICE A - PLANILHA DE ANÁLISE.....	91
APÊNDICE B - PRINCIPAIS MUDANÇAS DA REVISTA BIBLIOMAR	92
APÊNDICE C - REQUISITOS DOS MANUAIS DE BOAS PRÁTICAS DE PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA	93

1 INTRODUÇÃO

O interesse por essa investigação surgiu das minhas participações como ouvinte nos lançamentos das edições anteriores da Revista Bibliomar e posteriormente com a minha participação na disciplina Política Editorial no 5º período do ano de 2019.1 com a produção e lançamento da revista.

Durante todo esse processo de formação observei as dificuldades relacionadas ao desenvolvimento do periódico, como o comprometimento dos alunos para entender, aprender e empregar as Boas Práticas Editoriais que de acordo com o Manual ANPAD (2010, p. 1),

As Boas Práticas representam um conjunto de critérios e orientações a respeito da publicação científica e dos papéis dos principais atores envolvidos no processo, tanto sob o ponto de vista ético quanto do operacional. A adoção destas Boas Práticas na gestão de periódicos científicos, com certeza, contribuirá fortemente para a consolidação das duas áreas como campos de conhecimento científico.

Assim como a manutenção da periodicidade e qualidade dos artigos para publicação de acordo com o que o Qualis Periódicos e a Scielo Brasil¹ determinam. Bem como o desenvolvimento de meios para promover a revista e as limitações financeiras, sendo necessária a arrecadação de fundos para a realização do lançamento da Bibliomar, atenção e controle aos prazos.

Logo, com a minha experiência com a produção da Bibliomar consegui observar a sua evolução e desenvolvimento de uma revista inicialmente criada para servir apenas como um laboratório para os alunos do 5º período, com foco meramente acadêmico, transformando-se em uma revista de cunho científico, o que nos traz reflexões acerca da forma como vem se expandindo a cada nova edição publicada.

A trajetória da Revista Bibliomar iniciou em 2002, com a professora Rita Gonçalves Marques Portella Ferreira². Atualmente, este periódico já completa mais de 20 anos de criação. Com uma longa história durante esse período, ocorreram algumas mudanças, como a exemplo do seu formato que anteriormente era físico e a partir do volume 14, do ano de 2015, passou a ser exclusivamente *online*. Houve alterações também no seu objetivo, que no passado visava apenas atuar como uma prática da

¹A Scielo Brasil é uma plataforma virtual constituída por diversas revistas científicas brasileiras em formato digital. Atualmente encontra-se disponível através do link de acesso: <https://www.scielo.br/>.

² Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (1972) e mestrado em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (2000). Foi professora assistente da Universidade Federal do Maranhão, atuando principalmente nos seguintes temas: Biblioteca Pública, informação para cidadania, sociedade da informação, serviços e produtos - cidadão, projetos e extensão para a comunidade.

disciplina Política Editorial e de divulgar resultados dos estudos, pesquisas e experiências realizadas pelos alunos do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), passando a almejar a consolidação como referência na publicação de artigos científicos.

A partir do ano de 2015 o periódico passou a fazer parte do Portal de Periódicos da Universidade Federal do Maranhão, dessa forma, padrões e requisitos se fizeram necessários como a adoção da periodicidade, pontualidade de artigos provenientes de programas de pós-graduação e de programas de pesquisa, conforme a Resolução nº 1890 - Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (CONSEPE), de 28 de junho de 2019, que “institui o Portal de Periódicos Eletrônicos da Universidade Federal do Maranhão e estabelece normas para inclusão e permanência de periódicos nesse portal” (UFMA, 2019, p. 1). E aos padrões definidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Assim, vários elementos vão se consolidando, permitindo o reconhecimento desta revista como uma revista científica.

Conseqüentemente, ela vem se fortalecendo passando a almejar um maior alcance no meio científico. Os esforços para a progressão da Revista Bibliomar que atualmente se encontra indexada em portais como o Latindex: Sistema Regional de *Información en Línea* para Revistas Científicas de América Latina, *el Caribe, España y Portugal*; *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), Revista de Livre Acesso (LivRe); Red Iberoamericana de *Innovación y Conocimiento Científico* (REDIB), Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras (DIADORIM); Sumários de Revistas Brasileiras (Sumários), *Bielefeld Academic Search Engine* (BASE), Rede Latino-Americana de Revistas Acadêmicas em Ciências Sociais e Humanas (LatinRev), Google Acadêmico e Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), também passou a ser enquadrada na classificação estratos B2 pelo Qualis nas áreas de avaliação: comunicação e informação, educação, história, interdisciplinar e serviço social nas classificações de periódicos quadriênio 2017-2020.

Logo, a pesquisa tem como tema “Revista Bibliomar à luz das Boas Práticas de Publicação Científica”. O objeto desta investigação se centra nas Boas Práticas Editoriais da Revista Bibliomar, periódico científico, produto da disciplina Política Editorial produzida pelos alunos do 5º período do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão.

Assim sendo, a problemática consiste em verificar se a Revista Bibliomar no seu processo editorial implementa ou adota as Boas Práticas de Publicação Científica? A partir deste problema abordamos alguns questionamentos: de que forma a Revista Bibliomar trabalha para manter a adoção das práticas de divulgação, de qualidade e de conduta ética? Como o periódico tem atuado para seu fortalecimento e manutenção da classificação atual da revista?

Tendo por base estas questões, pretendemos analisar até que ponto a Política Editorial da Revista Bibliomar adota os requisitos mínimos recomendados para publicação de Revistas Científicas, investigando a prática editorial à luz dos Manuais de Publicação Científica. Indicando os elementos fundamentais, realizando uma análise em conformidade com as normativas e recomendações de como manter o periódico atualizado e qualificado. Apresentando os critérios exigidos segundo o Manual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) de Boas Práticas da Publicação Científica (2010), a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) Norma Técnica Brasileira (NBR) 6021 (2015), os Critérios da Scielo Brasil (2022) e o Relatório do Qualis Periódico (2019), bem como analisar a política editorial em comparação com os Manuais de Publicação Científica, identificando as lacunas da Política Editorial da Revista Bibliomar e apresentando as divergências, comparativos e ações do processo de publicação.

Preende-se, dessa forma, demonstrar como essas práticas se consolidaram e deram crédito para a revista. Para essa investigação é importante destacar que o problema não se dá na relação da sua criação em si, mas nas adoções de medidas e ações, segundo os critérios de qualidade para a publicação de periódicos acerca do crescimento, qualificação e manutenção em sua natureza científica com a introdução de práticas recomendadas pelas agências de fomento à pesquisa como a Scielo Brasil, ao Relatório do Qualis Periódicos, à atenção a NBR 6021 (Informação e Documentação: publicação periódica científica impressa) e ao Manual da ANPAD, documentos oficiais que norteiam as práticas de publicação científica.

Ao entender como é o processo editorial das publicações científicas do periódico em análise, pretende-se dar maior destaque e visibilidade à Revista Bibliomar, uma vez que faz parte do Curso de Biblioteconomia. Como também possa contribuir de forma a incentivar a criação e desenvolvimento de outros periódicos científicos de cursos no âmbito da Universidade de forma abrangente, incentivando a produção de artigos científicos para serem publicados nestas revistas.

Outro fator determinante para o desenvolvimento desta investigação é o incentivo da produção de pesquisas relacionadas à Revista Bibliomar. Além de expandir o interesse por essa área de atuação do bibliotecário na editoração, como também entender o processo necessário para atender e manter o padrão de periódicos científicos de qualidade.

Na medida em que a pesquisa vai se desenvolvendo, percebe-se a relevância do tema abordado, pois, através dela os leitores poderão identificar as contribuições do exercício da prática editorial na formação dos alunos e vislumbrar aspectos importantes da atuação do bibliotecário na área de editoração. Por ser um produto da disciplina Política Editorial, realizado pelos alunos do 5º período do Curso de Biblioteconomia, dá-se destaque ao trabalho, esforço e dedicação depositados, além da valorização, estímulo e expectativas geradas a cada nova edição publicada. A Revista Bibliomar é um canal que fomenta e divulga a produção acadêmica.

Diante desse contexto, o trabalho está dividido em oito seções. Iniciando pela introdução que aborda a justificativa para a escolha do tema, o objetivo, relevância e produção da pesquisa. Na seção dois, aborda-se a Comunicação Científica de forma geral, seus conceitos e tipos de publicação científica. A terceira seção, trata da publicação periódica científica apresentando como o processo editorial deve ser realizado, discorrendo também sobre os critérios de qualidade para a publicação científica. A seção seguinte apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para a investigação. Na seção cinco, aborda as Boas Práticas de Publicação Científica no Processo Editorial da Revista Bibliomar e breve apresentação dos Manuais de Publicação Científica. Seguindo para seção da configuração da Revista Bibliomar à luz dos Manuais de Publicação Científica e posteriormente as recomendações para política de divulgação, qualidade e conduta ética: segundo o Manual ANPAD, finalizando com conclusão da pesquisa.

2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Sobre a Comunicação Científica (CC) Meadows (1999) aponta que ela é parte indispensável no processo de investigação científica. Dos primórdios da pesquisa e do diálogo com a comunidade científica, o autor afirma que não é possível datar ao certo quando se iniciou estas duas atividades. Mas destaca que os grandes agentes influenciadores, ou responsáveis por impactar na “comunicação científica moderna” foram as práticas dos gregos antigos através das reuniões e debates que ocorriam na Academia, em meados do século IV e V aC para discutirem questões filosóficas.

Antes da Comunicação Científica se tornar conhecida e tão abrangente pelos meios mais divulgados nos dias atuais, ressalta-se que os pesquisadores de séculos atrás, utilizavam-se de outras formas para realizar a troca de informações ou de se comunicar. Era comum que através das cartas manuscritas os pesquisadores transmitissem suas descobertas e pesquisas. Assim, como assinala Meadows (1999 p. 5), “[...] era razoável que as ideias inicialmente circulassem por meio de cartas manuscritas entre um pequeno círculo de amigos que poderiam analisá-las e, quando conveniente, testá-las e depois enviar as respostas”. Já em casos em que essas ideias fossem enviadas a um grupo maior, a facilidade da impressão das cartas se tornou uma opção mais rápida e fácil.

A partir do avanço do desenvolvimento da pesquisa científica que nos tempos mais remotos, circulava e era comunicada através da fala e da escrita, houve o impacto com a criação da máquina de impressão tipográfica que foi desenvolvida pelo alemão Johannes Gutenberg no século XV, na Europa. Logo, a difusão dos livros impressos e das cartas começou a aumentar de forma significativa (Amorim, 2021). Com a invenção da máquina de impressão tipográfica, ocorreram avanços e começaram a multiplicar a quantidade de exemplares de um livro, o que representou um grande passo diante da difusão rápida e melhorada das pesquisas (Meadows, 1999).

Diante desse panorama, como destaca Targino (2000 p. 10),

É esta idéia de circulação contida na assertiva transcrita que se denomina comunicação. Esta permite a troca de informações, donde se conclui que enquanto a informação é um produto, uma substância, uma matéria, a comunicação é um ato, um mecanismo, é o processo de intermediação que permite o intercâmbio de idéias entre os indivíduos. A comunicação é um fenômeno natural e intrínseco ao homem, variando de acordo com as características dos grupos nos quais e entre os quais se efetiva. Como tal, o processo de comunicação pressupõe um estoque comum de elementos preexistentes – linguagem, expressões, códigos etc. -, essencial para facilitar o fluxo informacional.

Esta troca de informações é direcionada principalmente à comunidade científica, pois é através dela que os membros destas comunidades realizam a troca de informações das suas atividades científicas individuais, adquirindo ou emitindo a outros pesquisadores suas descobertas. Pois, como afirma Targino (2000, p. 10), “[...] é a comunicação científica que favorece ao produto (produção científica) e aos produtores (pesquisadores) a necessária visibilidade e possível credibilidade no meio social em que produto e produtores se inserem”. Tornando-se parte indispensável e essencial em todo processo de pesquisa científica e para todos os pesquisadores. Pois como afirma Cenedesi Júnior *et al.* (2021, p. 746),

A comunicação científica (CC) é definida como a troca de informação entre os membros que compõem a Comunidade Científica, sendo também considerada como uma atividade associada à produção científica, com o objetivo de divulgar informação, desde o momento em que surge a ideia até o momento da divulgação dos resultados da pesquisa. A literatura científica e a CC são elementos importantes para se fazer Ciência, bem como para a divulgação do conhecimento científico.

A Comunicação Científica é um termo que se encontra em variados e diferentes conceitos e abordagens. Caribé (2015, p. 89) destaca que “[...] é um processo de comunicação clássico”. Além de ser um termo genérico onde vários outros termos podem ser atribuídos ou relacionados a ele, como difusão científica, divulgação científica, popularização da ciência, disseminação científica, são alguns dos termos subordinados e específicos desse tipo de comunicação.

A complexidade desse tipo de comunicação vai além dos seus diversos conceitos gerais, “[...] é um fenômeno natural de qualquer sociedade, apresentando variações conforme os grupos nos quais e entre os quais ela se realiza” (Valois *et al.* 1989, p. 28). Dessa forma, pode-se afirmar que a comunicação sempre esteve presente na sociedade, o que mudou dos tempos antigos, das reuniões iniciais dos gregos foi a inclusão dos novos canais de comunicação que surgiram com as novas tecnologias que ampliaram a forma de transmitir e receber informação.

Bueno (2010) elenca algumas das características específicas da Comunicação Científica segundo o perfil do público que em grande parte é composto por especialistas, como também por pessoas com algum tipo de formação que tenham tido contato com temas relacionados ou participação no processo da produção em ciência e tecnologia.

Nesse viés, seguindo o pensamento do autor mencionado anteriormente:

A comunicação científica não precisa fazer concessões em termos de decodificação do discurso especializado porque, implicitamente, acredita que seu público compartilha os mesmos conceitos e que o jargão técnico constitui patrimônio comum. Em outras palavras, neste caso, o público frequenta espaços, ambientes ou acessa veículos especializados (congressos ou periódicos / revistas científicas, por exemplo) com desenvoltura e está continuamente empenhado em assimilar termos, processos e conceitos novos. Tem, inclusive, disposição ou capacitação para este aprendizado permanente e recorre a cursos e materiais variados, como livros, periódicos científicos e glossários de termos técnicos, com o intuito de permanecer sintonizado com as novidades e com o refinamento do discurso especializado (Bueno, 2010, p. 3).

Nota-se que essa comunicação é voltada para um público específico, mas, que não se condiciona somente aos especialistas, porque o fazer dessa transmissão envolve ultrapassar a linha divisória entre os públicos para que a informação não seja cumulativa dentro de um só grupo e sim propagada aos que tenham interesse em estar a par dos resultados das pesquisas ou a busca pôr conhecimento independente do espaço em que o indivíduo se insere ou se encontra.

Pois como afirma Targino (2000, p. 5),

[...] qualquer que seja a ótica adotada para o estudo do desenvolvimento da ciência, a natureza dos sistemas de comunicação resulta vital para a ciência e está no âmago do método científico. Não há ciência sem comunicação. Não há comunicação sem informação.

Entende-se, portanto, que a partir dessa afirmação é um processo indispensável à comunidade, seja ela científica ou não, mas destaca-se que é composta principalmente por cientistas e pesquisadores que tenham algum tipo de relação com o tema e que convivam com os processos da CC. Através dela estes recebem e compartilham o conhecimento científico. Sendo assim, independente do enfoque escolhido para a realização da pesquisa científica, tem-se como parte fundamental a forma como os resultados desse processo são comunicados tornando-se parte essencial. À vista disso, estão intrinsecamente ligadas a comunicação, a ciência e a informação.

2.1 Canais de Comunicação Científica

A Comunicação Científica é classificada como genérica e complexa por alguns autores como Targino (2000) e Amorim (2021), mas dentro da literatura sobre Comunicação Científica a maioria dos escritores concordam que ela é parte essencial para todo pesquisador e sociedade em geral, pois a partir dela o conhecimento científico é disseminado e possibilita a troca de informações entre as comunidades.

Logo, após o surgimento da máquina de impressão, o advento de outras novas tecnologias e o avanço da ciência, os meios de comunicação além dos tradicionalmente conhecidos como a fala e a escrita, este último era realizado especificamente através do envio de cartas pessoais, apesar de ter sido uma forma muito útil na troca de ideias, mas, ainda assim, demandava muito tempo e com a chegada da impressão possibilitou a rápida reprodução e propagação das informações e pesquisas que eram produzidas e disseminadas pelos pensadores e pesquisadores.

E com essas transformações passou a ser classificada inicialmente em dois tipos de canais. Como aponta Meadows (1999) houve a necessidade de formalizar o processo de Comunicação Científica. Dessa forma, as caracteriza em dois tipos de comunicação: formal e informal que distinguem-se em suas formas. A comunicação informal no seu sentido geral seria rápida, breve, voltada para um tipo de público mais limitado, pequeno. O autor cita como exemplo a informação transmitida de forma “falada”, assim como as cartas pessoais também se classificam como um outro tipo de comunicação informal. Já a comunicação formal é um processo durável, ou seja, disponível por um período de tempo extenso, possui maior durabilidade e é direcionada para um público mais amplo. Como a exemplo, o autor cita os periódicos e os livros. Assim, assinala que

O que sucedeu no século XVII foi que os canais existentes para a comunicação científica - principalmente a comunicação oral, a correspondência pessoal e os livros - foram complementados, ampliados e, em certa medida, substituídos por um novo canal formal constituído por periódicos (Meadows, 1999, p. 7).

Corroborando com as classificações dos Canais de Comunicação Científica de Meadows (1999), de acordo com Silva e Menezes (2001), o processo de comunicação informal é flexível e possui maior seletividade. Assim como possibilita a transmissão de informações mais atualizadas, o que acaba tornando-as mais relevantes e possibilita uma troca de ideias mais eficaz pelos pesquisadores. As autoras também destacam que esse tipo de canal não possui controle, assim como também não são oficiais, utilizados na maior parte por duas pessoas ou se volta apenas entre grupos menores para a realização da difusão do conhecimento. No que se refere ao canal formal,

[...] o processo de comunicação é lento, mas necessário para a memória e a difusão de informações para o público em geral. Os canais formais são oficiais, públicos e controlados por uma organização. Destinam-se a transferir informações a uma comunidade, não a um indivíduo, e tornam público o

conhecimento produzido. Os canais formais são permanentes, as informações que veiculam são registradas em um suporte e assim tornam-se mais acessíveis (Silva; Menezes, 2001, p. 14).

No canal de comunicação informal Crespo (2005 *apud* Costa, 2008) destaca as vantagens e desvantagens. Dentre suas vantagens aponta a velocidade com que a informação é disseminada e a possibilidade de se manterem atualizadas de forma mais rápida. Porém, esse tipo de canal por ser originado pelos meios de comunicação com características passageiras, de curta duração, ou seja, não possui valor comprobatório, logo, não pode ser validado, sendo estas suas desvantagens.

Diferentemente, os canais formais possuem padrões e seguem regras, por isso este tipo de comunicação é utilizado nas etapas de pesquisa para divulgar os resultados através de publicações em meios de comunicação, como por exemplo, em livros e periódicos científicos, pois estes possuem rigor e critérios para disseminação outras duas características da comunicação formal (Costa, 2008).

Em meados do ano de 1940, nos Estados Unidos, houve uma forte expansão da literatura científica o que acarretou o interesse pelos estudos sobre comunicação voltada para a ciência, principalmente pelas consequências que se deu pela vasta gama de informações que começaram a surgir de forma desordenada levando a diversos problemas, sendo o principal deles a dificuldade de recuperar e filtrar essas informações. À vista disso, destaca-se a necessidade de uma formalização. Corroborando com as ideias de Meadows, Targino (2000) descreve como “divisão tradicional”, os dois principais tipos de Comunicação Científica. São elas a

[...] comunicação formal ou estruturada ou planejada e comunicação informal ou não estruturada ou não planejada, ambas essenciais à evolução do conhecimento como soma renovada de mensagens que atualizam a sociedade no espaço e a perpetuam no tempo (Targino, 2000, p.18).

Nas palavras de Christovão (1979, p. 3) “[...] a palavra Ciência já se tornou de uso cotidiano na vida do homem moderno”, mas tão importante quanto ser conhecida e discutida é ser transmitida. A comunicação da ciência é o que se destaca dentre todos os outros aspectos que podem ou são discutidos entre os cientistas como as suas conceituações que podem diferir de acordo com cada grupo de pesquisadores. A autora destaca que a ciência necessariamente deve utilizar-se de “filtros” tanto para a sociedade em geral como para si mesma, o que gera o “Processo de Comunicação Científica”.

Nesse viés, dentro dos inúmeros estágios da investigação científica, os cientistas durante a realização dessa atividade utilizam-se de diversos meios de

comunicação. Dentre os mais conhecidos estão os canais formais e informais. Porém, destaca-se que um sistema de comunicação informal pode sofrer uma transição para o sistema formal, caracterizando nesse meio um sistema de comunicação semi-formal. Essas distinções irão se diferenciar de acordo com os meios utilizados para que a informação seja comunicada. Exemplificando, o canal informal se dá por meio de contatos interpessoais como “[...] os telefonemas, as cartas trocadas entre cientistas, as visitas inter-institucionais, as reuniões científicas (desde os congressos internacionais até pequenas reuniões de grupos locais) [...]” (Christovão, 1979, p. 4).

Além dos dois canais anteriormente citados, Christovão (1979) destaca a comunicação semi-formal e a super-formal. Utilizando como exemplo para entender como se dá essa relação ou filtragem, a autora supracitada menciona as comunicações em congressos, pois, as apresentações orais e os debates possuem características informais que se encaixam neste tipo de canal, podendo elevar ao nível de comunicação semi-formal a partir da divulgação de cópias e anais de congressos. Esse processo é chamado de “filtragem”.

Após a comunicação semi-formal encontra-se o sistema de comunicação formal que utiliza as fontes primárias e secundárias, como os livros e periódicos. A comunicação super-formal é composta pelas fontes secundárias onde estão incluídos os serviços de indexação, resumos e revisões, pode-se incluir também os livros neste tipo de fonte.

Ressalta-se, que apesar da comunicação informal ter uma grande vantagem relacionada ao alcance na transmissão da informação é um canal que não utiliza meios “oficiais” devidamente registrados, o que dificulta a recuperação ou pode levar a inexistência desse resgate. Quanto ao canal formal, encontra-se em meios registráveis, tornando-a recuperável e possibilitando o controle das informações. Neste viés, encontra-se no Quadro 1 para visualizar de forma mais clara quais os canais de comunicação e suportes utilizados em cada um baseado no esquema de Christovão (1979).

Quadro 1 - Canais e meios de comunicação

Canais de Comunicação	Informal	Semi-Formal	Formal	Super-Formal
MEIOS	<ul style="list-style-type: none"> ● Contatos interpessoais, ● Telefonemas, ● Cartas, ● Visitas, inter-institucionais, ● Reuniões científicas, ● Conversas, ● Comunicações a congressos 	<ul style="list-style-type: none"> ● Anais de congressos 	<ul style="list-style-type: none"> ● Artigos de periódicos, ● Livros 	<ul style="list-style-type: none"> ● Livros, ● Revisões, ● Serviços de Indexação e Resumos, ● Bibliografias de Bibliografias

Fonte: Adaptado de Christovão (1979, p. 5).

Como destacado no Quadro 1, os Canais de Comunicação Científica ampliaram-se para além dos canais formais e informais que a partir dos novos suportes informacionais de conhecimento originaram os semi-formais e super-formais que se diferenciam pelos meios dos quais são originados e posteriormente transmitidos.

Portanto, é possível visualizar as diversas formas como as informações podem ser comunicadas e vão se expandindo ao longo dos anos com o desenvolvimento das novas tecnologias, o que possibilita tanto ao pesquisador como para a comunidade, seja ela científica ou não, a divulgação dos resultados de suas pesquisas, assim como a troca de informações.

3 PUBLICAÇÃO PERIÓDICA CIENTÍFICA

O surgimento dos periódicos científicos gira em torno dos Canais de Comunicação Científica que até em meados do século XVI os estudiosos sendo em grande parte deles filósofos utilizavam dois métodos para explicar os fenômenos que ocorriam na natureza, através da argumentação e dedução, porém, com alterações no meio científico durante o século XVII, a dedução já não era mais aceita para realizar as pesquisas, dando lugar a observação e experiência empírica. Essa era uma das exigências da comunidade científica para considerar os resultados como científicos (Mueller, 2000).

As mudanças ocorridas na Comunicação Científica como já visto anteriormente, a forma como os cientistas transmitiam os conhecimentos a priori de forma informal, pessoalmente ou através de cartas, com o avanço da ciência moderna foi observada a necessidade de uma comunicação mais formal, mas que ainda mantivesse a velocidade com que o fluxo de informações eram transmitidas, diferentemente dos livros e dos longos tratados que demandavam muito tempo. A partir dessa necessidade surgiu o “periódico científico”, este novo meio de comunicação tornou-se uma opção ampla, segura e precisa das pesquisas que eram realizadas, colaborando para uma divulgação mais formal do que as conversas e correspondências.

Segundo Silva e Medeiros (2021) o periódico científico apresenta diversas conceituações, porém, tem-se o entendimento de uma publicação periódica composta por artigos, notícias e quaisquer outros tipos de trabalho que uma revista deseja publicar relacionadas às pesquisas realizadas variando de acordo com a área científica específica. O propósito da existência dos periódicos científicos são as publicações periódicas que compõem e fazem parte da sua composição, à vista disso

As publicações científicas são consideradas como elemento final no ciclo da busca pela informação, transformando-se em um indicador qualitativo para a construção da confiança e credibilidade para todos os envolvidos nesse processo de propagação e desenvolvimento em determinada área específica do conhecimento científico (Silva; Medeiros, 2021, p. 6).

Segundo a Norma Técnica Brasileira 6021 da Associação Brasileira de Normas Técnicas que trata sobre “Informação e Documentação: publicação periódica técnica e/ou científica”, é uma “publicação em qualquer tipo de suporte, editada em unidades físicas sucessivas, com designações numéricas e/ou cronológicas, e

destinada a ser continuada indefinidamente” (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015, p. 4).

A estrutura de uma publicação é constituída segundo a NBR 6021 (2015) pelos itens principais da seguinte forma apresentados no Quadro 2:

Quadro 2 - Estrutura de uma Publicação Periódica Científica

Estrutura		
Parte externa	Capa	Obrigatório
	Lombada	Obrigatório
Parte interna (Elementos pré-textuais)	Folha de rosto	Obrigatório
	Errata	Opcional
	Sumário	Obrigatório
	Editorial	Obrigatório
Parte interna (Elementos textuais)	Artigos	Trabalhos que constituem um Periódico Científico
	Revisões	
	Estudos de casos	
	Entre outros que podem ser agrupados em seções	
Parte interna (Elementos pós-textuais)	Índice	Opcional
	Instruções editoriais para os autores	Obrigatório

Fonte: Adaptado da ABNT NBR 6021 (2015).

As publicações periódicas científicas podem ser publicadas em dois tipos de formato: físico ou eletrônico a depender do tipo do periódico. Segundo Gil (2002, p. 45), as

Publicações periódicas são aquelas editadas em fascículos, em intervalos regulares ou irregulares, com a colaboração de vários autores, tratando de assuntos diversos, embora relacionados a um objetivo mais ou menos definido. As principais publicações periódicas são os jornais e as revistas. Estas últimas representam nos tempos atuais uma das mais importantes fontes bibliográficas. Enquanto a matéria dos jornais se caracteriza principalmente pela rapidez, a das revistas tende a ser muito mais profunda e mais bem elaborada.

Conseqüentemente, estas publicações independente da obra são os produtos das pesquisas de autores, pondo dessa forma em destaque a principal função de um periódico, a divulgação e disseminação dos resultados de pesquisas da forma mais abrangente possível (Manual ANPAD, 2010).

3.1 Processo editorial científico para publicação periódica

Uma das principais características relacionadas ao Processo Editorial Científico para publicação periódica se dá pela importância para os pesquisadores em publicar seus trabalhos nos periódicos. Dessa forma, esse canal de comunicação formal torna-se uma ferramenta essencial para os autores que almejam ter seus trabalhos reconhecidos. Pois, como afirma Ribeiro (2018, p. 57),

Para a ciência, a representatividade e o reconhecimento de uma área é constituída pela expressividade e reconhecimento público entre pares da comunidade científica, após a publicação dos resultados, por meio da divulgação e publicação de um artigo científico.

Ferreira, Canela e Pinto (2014), elencam diversos motivos da importância para os pesquisadores em ter seus trabalhos aceitos e publicados em periódicos científicos. Nos quais estão em destaque o principal e motivacional, a oportunidade para os autores de terem seus trabalhos validados. Corroborando com as ideias dos autores, Ferreira (2013, p. 1) destaca que "a publicação de artigos em periódicos de elevado status é necessária para a manutenção do emprego e progressão na carreira, para a mobilidade interinstitucional dos professores, para a satisfação individual, para captar atenção e prestígio".

Para que o processo editorial ocorra da melhor forma é necessário um conjunto de ações dos agentes que compõem cada parte do periódico, desde o editor aos revisores. Estes dois devem possuir algumas características em comum como por exemplo, dispor de esforços para avaliar todos os trabalhos submetidos, tenham autonomia e trabalhem de forma anônima com os artigos que forem selecionados. Dessa forma, espera-se que sejam publicados materiais de qualidade e que atendam às exigências da Política Editorial da revista. Logo, "[...] editores e corpos editoriais carregam uma responsabilidade significativa, relacionada ao desenvolvimento da área de conhecimento e às carreiras dos autores" (Manual ANPAD, 2010, p. 1).

Nesse viés, o editor possui papel fundamental na medida em que se torna a ponte para a intermediação autor e revisor (Ferreira; Canela; Pinto, 2014). Em vista disso, também é a função primeira do editor "[...] garantir que consegue fechar o número no prazo estipulado, para o que precisa atrair e manter no processo um conjunto de artigos que consiga sobreviver ao processo e possa publicar" (Ferreira, 2013, p. 4).

Para compreender as tarefas que desempenham o editor e os revisores estão descritas no Quadro 3 o processo após o trabalho ser submetido pelo autor ou pelos

autores no periódico selecionado/escolhido. Realizada a submissão iniciam-se as ações dos responsáveis que compõem o periódico da seguinte forma:

Quadro 3 - Ações do processo editorial de um periódico

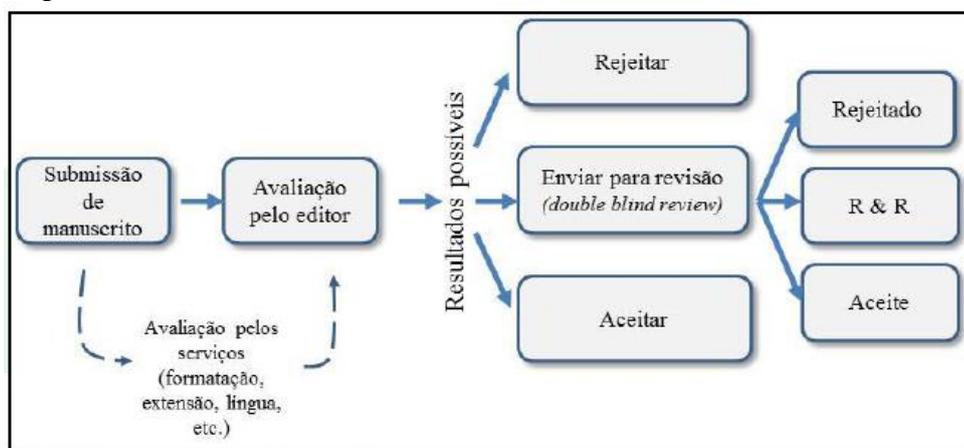
Ações	Responsável
Receber o artigo	Editor(es)
Tomar a decisão inicial (<i>desk review</i>): Dentro da tomada de decisão do editor envolve: a) Rejeitar (<i>desk reject</i>); b) Solicitar ajustes/revisão antes de enviar para revisores; c) Enviar para avaliação de revisores; d) Aceitar (pouco usual)	Editor(es)
Selecionar os revisores	Editor(es)
Ler, avaliar o artigo, escrever o parecer e enviar o parecer	Revisor(es)
Receber os pareceres, analisar e consolidar as análises	Editor(es)
Tomar decisões com base nos pareceres e leitura própria	Editor(es)
Decidir: Na tomada de decisões o editor pode: a) Rejeitar (fundamentada); b) Solicitar revisão com base nos pareceres (pode ser revisão grande ou pequena); c) Aceitar sem modificações (pouco usual); d) Aceitar com pequenas modificações	Editor(es)
Receber o artigo revisado e as cartas explicativas	Editor(es)
Analisar as explicações recebidas e alterações efetivamente realizadas	Editor(es)
Decidir: a) Rejeitar; b) Solicitar nova avaliação pelos revisores; c) Solicitar pequenas modificações adicionais; d) Aceitar	Editor(es)
Se o editor enviar para nova avaliação: a) Analisar as explicações recebidas e as alterações efetivamente realizadas; b) Escrever o parecer e enviar ao autor e editor	Revisor(es)
Receber pareceres, analisá-los e consolidá-los	Editor(es)
Formar opinião com base nos pareceres e leitura própria	Editor(es)
Tomar decisão final	Editor(es)
Acompanhar a revisão e edição	Editor(es)
Publicar o artigo	Editor(es)
Disseminar o artigo na comunidade	Editor(es) e autor(es)

Fonte: Adaptado de Ferreira, Canela e Pinto (2014).

As etapas da submissão a um periódico que faz parte de todo processo de publicação periódica científica, segundo Ferreira (2013), inicia-se pelos autores como já mencionado anteriormente, com o objetivo de terem seus trabalhos aceitos para avaliação e posteriormente se aprovados para a sua publicação. Cabe ao editor realizar uma avaliação prévia do material submetido, pois há obrigatoriedade de estar conforme as regras de publicação, ou seja, deve atender aos requisitos mínimos definidos na Política Editorial, como a qualidade em sua totalidade, na escrita e na formatação. Como também as suas contribuições e estar em conformidade com a temática da revista.

Sabe-se que para realizar a publicação em um periódico é uma tarefa que depende de várias etapas, além do tempo, esforço e dedicação de quem está à frente das edições, por isso a necessidade do editor trabalhar em conjunto com as comissões que irão dar suporte e analisarão se o manuscrito segue as formatações exigidas como a exemplo das normas da ABNT. Na Figura 1 é possível entender de forma mais clara as etapas do processo de submissão.

Figura 1 - Processo de submissão de manuscritos

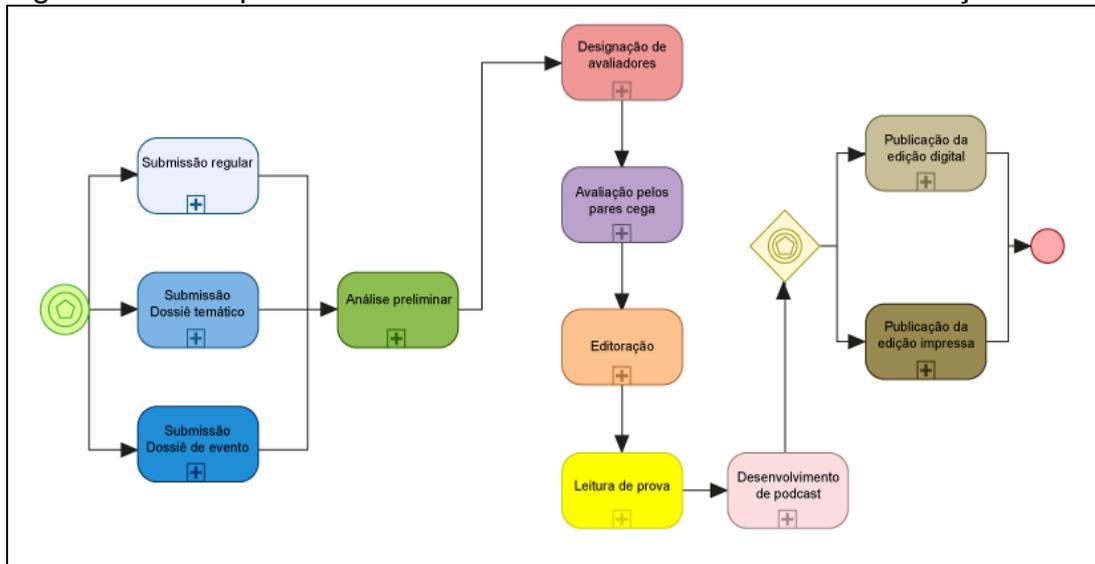


Fonte: Ferreira (2013, p. 4).

Os resultados incluem em aceitar o trabalho para publicação sem nenhuma observação para alterações na obra, o que é muito improvável de acontecer. Pode ocorrer também a rejeição do material por diversos motivos, como por exemplo, não estar conforme as exigências da revista, ou a casos em que os manuscritos são enviados direto para avaliação por pares que são compostos pelos pareceristas ou revisores. Destaca-se que a avaliação deve ser mantida de forma anônima, ou seja, o autor, parecerista ou revisor não devem ter ciência da identidade de nenhum dos autores envolvidos no processo.

Assim como existem processos editoriais mais complexos para a publicação periódica a depender do foco temático, entre outras características como a exemplo, o periódico *Ciência da Informação*³, na Figura 2 é possível visualizar como ocorre o seu Processo Editorial.

Figura 2 - Macroprocesso Editorial do Periódico *Ciência da Informação*



Fonte: Portal da *Ciência da Informação* (2024).

Entretanto, apesar da existência das diversas formas de como pode ocorrer o Processo Editorial algumas características são comuns à maioria dos periódicos, pode-se citar como a mais importante e principal o comprometimento do sigilo e anonimato após um trabalho ser submetido, o que deve ocorrer durante todas as fases, bem como o compromisso de todos os envolvidos para com os autores e as obras que possivelmente serão publicadas.

3.2 Critérios de qualidade para a publicação científica

A Comunicação Científica vem se expandindo e permitindo que os chamados canais de comunicação atuem de forma eficaz na divulgação das pesquisas, oportunizando aos pesquisadores a publicação de suas obras, assim como para a comunidade científica no geral na troca de informações, produção e disseminação de conteúdos voltados principalmente para as novas descobertas.

No entanto, esse fluxo informacional desde o início da introdução dos novos meios de Comunicação Científica, dentre eles o advento da revista científica,

³Este periódico é publicado desde 1972, representando um marco pioneiro no âmbito da *Ciência da Informação Brasileira* (*Ciência da Informação*, 2024).

intensificou a preocupação com o fluxo com que essas informações eram disseminadas. Como destaca Ferreira e Krzyzanowski (2003, p. 43),

Esse crescente aumento do número de publicações científicas em diferentes suportes tem preocupado os profissionais que se interessam pela qualidade da informação, sejam eles autores, editores, publicadores, centros de documentação, bibliotecas ou pesquisadores.

Segundo Travassos (1998 *apud* Freitas, 1998, p. 2), “[...] este notável aumento de trabalhos submetidos à publicação decorre também do aumento do número de instituições mundialmente ativas atuando na área de pesquisa, o que torna difícil a filtragem”. Esses problemas se estendiam tanto em âmbito nacional como internacional, o que foi um fator determinante para que se pensasse em uma forma de controlar e filtrar tudo aquilo que estava sendo produzido, principalmente pelas críticas vindas de fora que apontavam um crescimento abundante de revistas que não possuíam nenhuma avaliação adequada da sua qualidade. Dentre outros apontamentos como destacado por Krzyzanowski, Krieger e Duarte (1991) estão a irregularidade na publicação e distribuição da revista, a falta de normalização dos artigos científicos e da revista como um todo e a falta de corpo editorial e *referees* (autoridade da revista).

Esses problemas além de prejudicar a qualidade dos periódicos, também impossibilitam a sua indexação em bases dados, pois um dos critérios que oportuniza a indexação dessas revistas é a qualidade das mesmas tanto em âmbito nacional quanto internacional. Sendo estes portais em sua maioria regidas por uma política própria que a configura como um todo e define padrões, critérios e filtros próprios. Por consequência, surge um outro fator prejudicial, a questão da visibilidade das pesquisas, dos periódicos, dos autores e da própria ciência realizada em toda esfera nacional.

Dessa forma, os órgãos de fomento à pesquisa começaram a pensar em alternativas para a resolução da falta de padrões e critérios voltados a essa questão. Assim, essa problemática vem se impulsionando fortemente em meados do século XX na criação de alternativas que permitissem avaliar os periódicos científicos (Passos *et al.*, 2018).

À vista dessa necessidade foram estabelecidos critérios inicialmente pensados somente para aquelas revistas em formato impresso. Mas a partir da introdução dos novos meios de comunicação eletrônicos, houve o carecimento de uma atualização que comportasse também critérios específicos para a avaliação de

revistas eletrônicas. Logo, tornou-se fundamental uma adequação, pois, os suportes se diferenciam, então para cada um desses meios foram adotadas configurações de acordo com a sua forma de publicação.

No entanto, destaca-se que essa preocupação com a qualidade dos periódicos pode ser vista já a partir da década de 1960, época em que as instituições começaram a desenvolver programas de avaliação. De acordo com Passos *et al.* (2018, p. 210), “essas iniciativas buscaram estabelecer critérios de qualidade para diversos propósitos, como a distinção dos principais periódicos de cada área, admissão em bases dados e classificação para o recebimento de apoio financeiro”.

Já a partir do ano de 1964 as iniciativas para a realização e efetivação das avaliações dos periódicos científicos ocorreu em Porto Rico, local onde se reuniram pesquisadores com o objetivo de realizar um estudo sobre os problemas dos periódicos científicos e técnicos latino-americanos. Na oportunidade, foram definidos os critérios voltados para a classificação dos periódicos, estes foram desenvolvidos especificamente para a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que foi adaptado no Brasil por pesquisadores do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) (Passos *et al.*, 2018). Estes critérios definem aspectos relacionados à normalização, tempo de existência da revista, entre outros pontos importantes. Determinando assim, pontuações correspondentes a cada característica da revista.

Nos anos que se seguiram após este encontro, medidas e iniciativas foram tomadas para a criação de modelos que consistiam em configurações para a avaliação de revistas em diversas áreas do conhecimento, sendo adaptadas e modificadas sempre que necessário a partir do modelo desenvolvido para a UNESCO, adequando-se conforme as necessidades de cada periódico. Entre esses órgãos de fomento à pesquisa e que definem padrões e critérios estão a Scielo Brasil e o Qualis Capes Periódicos que também são as duas instituições usadas como parâmetro para a análise descritiva desta pesquisa.

Corroborando as com ideias dos autores supracitados Freitas (1998, p. 1), afirma que “o ato de avaliar, julgar e escolher como bom ou ruim, importante ou irrelevante, correto ou incorreto é um comportamento ou ação extremamente comum e habitual na vida humana, sendo ainda mais relevante na atividade científica”. Logo, os periódicos que almejam ser reconhecidos e classificados como revistas científicas

de qualidade devem obrigatoriamente adotar as configurações de acordo com os critérios e padrões estabelecidos por estas instituições.

Portanto, essas recomendações se dão pelo aumento do fluxo informacional, onde todas essas informações precisam ser tratadas. E os modelos criados anteriormente, hoje são classificados como modelos clássicos de avaliação que ainda são utilizados como base ou suporte para estudos e pesquisas na área de avaliação de revistas científicas. Pois, como afirma Ferreira e Krzyzanowski (2003, p. 45) “a qualidade do conteúdo de um periódico é que vai determinar o seu mérito”.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho tem como objetivo analisar até que ponto a Política Editorial da Revista Bibliomar adota os requisitos mínimos recomendados para publicação de Revistas Científicas, investigando a prática editorial à luz dos Manuais de Publicação Científica.

A partir desse objetivo geral será utilizada a pesquisa de natureza bibliográfica e documental, em conjunto com a análise descritiva para o estudo das informações coletadas, destacando e descrevendo por partes os aspectos e critérios dos documentos utilizados, comparando cada um destes com as configurações da Política Editorial do periódico em análise.

Segundo Gil (2002, p. 44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Logo, para a construção deste trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica para entender as categorias: Comunicação Científica, Publicação Periódica Científica, o que são as Boas Práticas de Publicação Científica, o que são os Critérios de Qualidade e compreender as configurações e elementos estabelecidos pelos manuais. São termos para entender e conhecer através da pesquisa bibliográfica.

Apesar da semelhança com a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental se difere na natureza das fontes, em razão desta última fazer o uso de materiais que não possuem um tratamento analítico. A maioria das fontes utilizadas são diversificadas e dispersas (Gil, 2002). Nesta investigação, a pesquisa documental vai dar amparo à análise e comparação do Manual ANPAD de Boas Práticas da Publicação Científica (2010), a Norma 6021 (2015), aos Critérios da Scielo Brasil (2022) e ao Relatório do Qualis Periódicos (2019), que são as recomendações e manuais que vão orientar as Boas Práticas para serem empregadas na publicação científica.

As fontes utilizadas para a elaboração e desenvolvimento desta investigação foram o Manual ANPAD de Boas Práticas da Publicação Científica, a Norma Técnica Brasileira 6021, os Critérios da Scielo Brasil e o Relatório do Qualis Periódicos que serão as bases para a análise. Justifica-se a escolha destes materiais por se tratarem de quatro documentos que abordam as recomendações de como manter o periódico atualizado e qualificado. Será realizada uma investigação dos documentos fazendo uma relação com quais adoções e configurações constam na Política Editorial da Revista Bibliomar.

Além destes documentos oficiais, também utilizamos como parâmetro a própria Revista Bibliomar, mais especificamente a Política Editorial do periódico, uma vez que esse é o documento que rege o fazer da revista. Diante dessa afirmação, cabe destacar os objetivos de uma política editorial que conforme define Rosinha (1989, p. 252):

Toda atividade humana é orientada a algum alvo e com um propósito específico. No caso da política editorial, o objetivo é transmitir, sob a forma escrita, assuntos de interesse para leitores definidos. Neste particular, e como não poderia deixar de ser, uma política editorial reflete as idéias das pessoas que detêm o poder, dos seus valores, símbolos e padrões, ou resulta da ação, do que se convencionou denominar, de "grupos de pressão". E isto é, sem margem de dúvidas, o reflexo de uma política mais ampla que, explícita ou não (e de uma certa forma), rege os destinos de um país.

Assim, para a análise da primeira etapa, consiste na pesquisa bibliográfica e documental para dar embasamento na formulação do referencial teórico. Autores como Meadows (1999), Targino (2000) e Amorim (2021) foram essenciais para compreender as categorias que integram o desenvolvimento desta investigação. Para a segunda etapa consistiu na leitura e análise dos editoriais entre os anos de 2002 a 2024. Cabe ressaltar que a pesquisa se centra na Política Editorial da Revista Bibliomar, porém, torna-se importante compreender o periódico no todo, na medida em que por meio dos editoriais é que são encontrados os "discursos", apresentação desse canal de comunicação conforme cada linha editorial, as adesões e mudanças ocorridas durante os anos.

E para análise descritiva, explorar o portal da Revista Bibliomar foi parte fundamental para a coleta de informações sobre o periódico e localizar a Política Editorial e os artigos publicados nas edições do período limitado para esta pesquisa. Para a análise a escolha do recorte temporal deu-se do período de 9 anos que abrange os anos 2015 a 2024, ano em que a revista passou ser publicada somente em formato digital, configuração que segue até os dias atuais.

O método utilizado para melhor visualizar as mudanças ocorridas e identificar se a revista adere aos critérios dos manuais, deu-se pela criação de planilhas identificadas separadamente para cada critério dos quadros 8 e 12 sinalizadas de acordo com o ano de publicação, edição/volume, os critérios que foram utilizados como parâmetros e as observações que indicavam a adoção ou não das recomendações, conforme apresentado no Apêndice A. Esse processo resultou, além da verificação e análise, um quadro com as principais mudanças ou adoções ao longo desses 9 anos que constam no Apêndice B.

Portanto, a pesquisa gira em torno do comparativo: o que está definido nos documentos oficiais e o que está sendo posto em prática na revista. A recuperação dessas informações para analisar a luz da literatura documental tem por base o Manual ANPAD, ressalta-se que não é um documento da área de Biblioteconomia, é um material da área de Administração e Contabilidade que dá algumas normativas para os gestores de como melhorar o periódico. No Relatório do Qualis Periódicos através da Plataforma Sucupira, os Critérios da Scielo Brasil e atenção a Norma 6021 destacando os elementos que a Revista Bibliomar segue e quais não segue.

5 BOAS PRÁTICAS DE PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA NO PROCESSO EDITORIAL DA REVISTA BIBLIOMAR

As Boas Práticas de Publicação Científica tem por base os princípios éticos voltados para o Processo Editorial Científico que constituem-se em normas, recomendações e critérios para o desenvolvimento dos periódicos que são classificados como canais de comunicação. As instituições que adotam estes padrões estabelecem uma Comunicação Científica íntegra e transparente durante todo o processo que inclui da fase de recebimento da obra até a sua publicação, ou nos casos de trabalhos não aceitos deve-se manter o compromisso de estimular os autores a melhorar a qualificação de seus artigos para que futuramente possam ter a oportunidade de publicar suas pesquisas.

A responsabilidade deve ser mútua, ou seja, tanto do editor como do autor. À vista disso, os periódicos devem cumprir os prazos durante todo o processo de avaliação e retorno no período estabelecido e a tramitação dos trabalhos de forma em geral. E aos pesquisadores a obrigação da submissão de obras originais e dados de pesquisa reais evitando, dessa forma, más condutas. Portanto, a manutenção das Boas Práticas contribuem também para o reconhecimento das revistas e sua indexação em bases de pesquisas reconhecidas, como a exemplo da Scielo Brasil.

Para realização da análise descritiva da Revista Bibliomar com o Manual ANPAD (2010), a ABNT NBR 6021 (2015), os Critérios Scielo Brasil (2022) e o Relatório do Qualis Periódicos (2019), os aspectos ou elementos serão analisados por meio de nove requisitos mínimos para configuração de uma revista científica verificando como a Bibliomar os adota, baseado no Manual ANPAD que se constitui nas informações básicas para que a revista exista, como a exemplo dos elementos para a avaliação que consiste no tipo, regras, período, parecer técnico, decisão editorial para a editoração que inclui a revisão da normalização, revisão ortográfica, tradução e para o processo de publicação. Neste ponto é necessário verificar os procedimentos recomendados pelo Manual ANPAD, documento parâmetro da pesquisa junto com os outros Manuais de Publicação Científica já citados acima que determinam os requisitos mínimos para analisar à luz da Política Editorial da revista.

A partir dessa investigação pode-se identificar os aspectos essenciais mínimos e os aspectos essenciais técnicos para a criação da revista, ou, as recomendações e critérios. Com o objetivo principal de identificar se a Política Editorial da Revista Bibliomar possui os requisitos mínimos para atingir um processo editorial

de qualidade, investigando a prática editorial da publicação periódica científica à luz dos Manuais de Publicação Científica.

Com essa análise também se propõe fazer uma relação dos objetivos da revista e o que está sendo posto em prática, pois, como menciona em um de seus editoriais, a Equipe Editorial destaca o interesse e os desafios de se

[...] alcançar os critérios de qualidade exigidos pelas bases indexadoras de periódicos. O sonho é adquirir o Qualis, título tão almejado pelos editores de revistas científicas, a fim de obter a credibilidade, visibilidade e qualidade. Para isso, a revista precisa se adequar a certos critérios, exigidos pelos indexadores: rigor científico, originalidade, claro processo de revisão, lista de pareceristas com expressiva titulação, respeitar os prazos estabelecidos e as instruções aos autores, evitar a endogenia e garantir o processo editorial eletronicamente (Revista Bibliomar, 2018, p. 5).

Durante a verificação em seus editoriais é possível observar que a Equipe Editorial do periódico, menciona desde 2002, ano da sua criação, o interesse em alcançar metas que possibilitem o seu reconhecimento. E com a integração no Portal de Periódicos Eletrônicos da UFMA surgiram novos desafios, mas aumentou o desejo de tornar a revista em um periódico científico de qualidade, o que obrigatoriamente leva à adoção das Boas Práticas exigidas pelos Manuais de Publicação Científica.

5.1 Revista Bibliomar

A Revista Bibliomar é um periódico científico do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), vinculada a disciplina Política Editorial que dá subsídios para a produção do periódico com embasamentos teóricos. Atualmente é ministrada pela professora doutora Diana Rocha da Silva⁴. A revista foi criada em 2002 e ainda no referido ano, no mês de dezembro foi lançado seu primeiro número. O nome “Bibliomar”, origina-se da junção entre “Biblioteconomia” e “Maranhão”, ou, “Biblioteconomia no Maranhão”, que através da realização de um “concurso” entre os alunos, escolheram o nome do primeiro periódico do curso (Oliveira; Silva, 2012).

A sua criação se deve às necessidades de levar a prática para os discentes. Essas carências foram observadas pela professora Rita Gonçalves Marques Portella Ferreira, a qual ministrava a disciplina na época e decidiu unificar os

⁴ Professora Adjunta do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão. Doutora em educação escolar pelo Programa de Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita - Araraquara/SP (2017). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (2011). Graduada em Biblioteconomia pela UFMA (2009). Integrante do Núcleo de Pesquisa e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras do Maranhão (NEDHEL).

desenvolvimentos teóricos em sala de aula com a experiência de se produzir um periódico, servindo como laboratório para as práticas editoriais na produção da Revista Bibliomar, em conjunto com os alunos do 6º período da disciplina. Pois, sem a prática acadêmica “[...] se tornaria mais difícil a compreensão e absorção dos fundamentos teóricos arrolados nos conteúdos programáticos contemplados nessa disciplina” (Revista Bibliomar, 2012, p. 5).

Além de servir para executar as práticas editoriais, a Bibliomar também contribui para a divulgação da produção científica, atividades e experiências desenvolvidas pelos alunos e professores do Curso de Biblioteconomia da UFMA. Suas edições são produzidas pelos próprios discentes do curso que têm a oportunidade de realizar a prática da produção científica. Com essa atividade estimula-se o desenvolvimento criativo, que leva os alunos a pensar, a criticar, propor iniciativas para a divulgação, sugerir e criar estratégias. Com isso, a vivência de se produzir um periódico acabou incentivando para tornar a revista científica uma realidade.

Assim como ela vem fortalecendo o desempenho dos conteúdos da disciplina, também se torna um importante instrumento, pois, “a continuidade da Revista Bibliomar possibilita aos alunos avanço nos conhecimentos e oportunidades para que tenham experiências vividas para auxílio da sua profissionalização” (Revista Bibliomar, 2012, p. 7). Após 20 anos de existência, percebe-se o seu crescimento e alcança o que ansiava desde os seus primeiros números. Como apresenta em seu editorial do v. 11, n. 1, onde diz que se espera “[...] que a Bibliomar seja um elo de divulgação de conhecimento e que contribua no processo de formação acadêmica na área da Biblioteconomia e áreas afins” (Revista Bibliomar, 2012, p. 7).

Com as grandes contribuições da professora Rita Portella, no segundo semestre do ano de 2013, ela se despede da disciplina e encerra seus trabalhos como editora da revista, passando a ministrar a disciplina Política Editorial, a professora doutora Maria de Fátima Almeida Braga⁵, no primeiro semestre do ano de 2014. Ela

⁵ Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (1979), especialização em Leitura e Práticas Educativas pela Universidade Federal do Maranhão (2006), especialização em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade do Grande Rio (1998), mestrado em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002) e doutorado em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011). Foi professora adjunta do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, atuando principalmente nos seguintes temas: normalização documentária, história do livro e práticas de leitura.

foi a responsável por dar continuidade às edições da revista e também auxiliou na mudança de formato do periódico. Pois, de início, as suas publicações eram em formato impresso do período de 2002 a 2014, mas a partir do ano de 2015 adotaram o formato eletrônico por motivos financeiros, como a falta de recursos necessários para conseguir garantir e custear os gastos com as impressões e os trabalhos gráficos que uma revista científica física necessita.

Essa mudança também possibilitou a Bibliomar se adequar às novas tendências e visar um alcance maior e mais significativo de leitores. A contar do ano de 2015, a revista começou a fazer parte do Portal de Periódicos Eletrônicos da Universidade Federal do Maranhão, mantendo a mesma estrutura da revista impressa, porém, agora com um olhar direcionado para contemplar as Boas Práticas. Este portal é instituído pela Resolução nº 1890 - Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (CONSEPE), 28 de junho de 2019, que “[...] tem como finalidade reunir e disponibilizar em um único ambiente institucional digital de acesso aberto, os periódicos científicos, produzidos no âmbito da UFMA” (UFMA, 2019, p. 1).

Seu gerenciamento é de responsabilidade da Diretoria Integrada de Bibliotecas (DIB), juntamente com a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PPPGI) e apoio técnico do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI). Seu objetivo principal é reunir e realizar a disponibilização dos periódicos científicos produzidos na UFMA em ambiente único, institucional digital e de acesso aberto (UFMA, 2019). Atualmente, encontram-se indexadas ao portal vinte e nove periódicos científicos acadêmicos. Dessa forma, para ter acesso às edições basta acessar o site da Universidade.

Nesse viés, a Bibliomar indexada neste portal, possibilitou a ampliação do acesso, como também sua visibilidade a nível mundial, facilitando o processo de submissão de forma eletrônica e o gerenciamento (Revista Bibliomar, 2018). Visando a sua expansão em termos de divulgação das suas publicações e buscando maior visibilidade, encontra-se, além do seu portal na *web*, nos canais de comunicação disponíveis no: Instagram: @bibliomaroficial; Twitter: RBibliomar e Facebook: Revista Bibliomar. Em caso de dúvidas e informações, disponibiliza o e-mail: bibliomar@ufma.br. Assim como nas plataformas de rádio, televisão e sites da Universidade Federal do Maranhão, possibilitando a disseminação das edições publicadas a cada semestre.

Com periodicidade semestral, na modalidade de submissão contínua, a revista não cobra nenhum tipo de custo para o processamento e nem para a submissão dos artigos. Como apresenta em seu portal, a Bibliomar possui,

[...] uma proposta acadêmica do programa político pedagógico de oferecer formação intelectual que permita dominar os paradigmas teórico-metodológicos na área de Política Editorial, constitui-se num espaço de divulgação e fomentação da pesquisa científica a fim de discutir, refletir e valorizar o debate acadêmico (Revista Bibliomar, 2018, p. 5).

Logo, a revista busca alinhar-se às perspectivas acadêmicas, participando no desenvolvimento do alunado do curso, em vista das atividades teóricas e práticas desenvolvidas durante todo o semestre. Esta publicação do Departamento de Biblioteconomia da UFMA, tem como visão: ser veículo de produção e disseminação do conhecimento no campo da Ciência da Informação e áreas interdisciplinares. E como missão: contribuir para o incentivo da produção científica por meio da disseminação de conteúdos informacionais no campo da Ciência da Informação e áreas interdisciplinares. E tem seus valores com base na aprendizagem, qualidade editorial, parceria, padrões éticos, seriedade, visibilidade, pontualidade, acessibilidade e inovação.

Visando atender as exigências editoriais voltadas para as publicações científicas, o periódico passou a adotar medidas e práticas como adoção da Licença *Creative Commons* - Atribuição 4.0 Internacional. Esta licença, “[...] permite ao leitor, [...] compartilhar, copiar, imprimir ou redistribuir o material em qualquer suporte ou formato; e adaptar ou remixar o material desde que os direitos morais do autor sejam preservados” (Revista Bibliomar, 2019, p. 5). O que possibilita aos autores e outros pesquisadores que se interessem por algum trabalho publicado no periódico, o compartilhamento e utilização na construção até mesmo de outras pesquisas.

A revista que inicialmente circulava apenas dentro do Curso de Biblioteconomia da UFMA, se expandiu de tal maneira que atualmente já abrange a esfera nacional. Indexada nos portais e bases bibliográficas: Latindex: Sistema Regional de *Información en Línea* para Revistas Científicas de América Latina, *el Caribe, España y Portugal*; *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), Revista de Livre Acesso (LivRe); Red Iberoamericana de *Innovación y Conocimiento Científico* (REDIB), Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras (DIADORIM); Sumários de Revistas Brasileiras (Sumários), *Bielefeld Academic Search Engine* (BASE), Rede Latino-Americana de Revistas Acadêmicas em Ciências

Sociais e Humanas (LatinRev), Google Acadêmico e Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) (Revista Bibliomar, 2019). Isso demonstra o reconhecimento que a revista vem ganhando, conquistando um espaço de divulgação maior. Assim como, estar indexada em portais reconhecidos, significa que a Bibliomar está se adequando as Boas Práticas, pois, as revistas indexadas que cuidam da periodicidade e distribuição, ganham naturalmente maior visibilidade em suas publicações, diferentemente dos artigos publicados em revistas não indexadas (Almeida, 2011).

Seu *International Standard Serial Number* (ISSN) é 2526-6160. Este código é único, exclusivo e aceito internacionalmente de uma publicação seriada ao qual foi concedido (Governo Federal, 2023). Na classificação pela Qualis/CAPES a Revista Bibliomar atualmente está classificada como B2 entre o período de 2017-2020.

Possui sua linha editorial voltada para Ciência da Informação (Biblioteconomia, Museologia, Arquivologia, Gestão da Informação). Para submissão de originais são aceitos na modalidade de artigos: original, revisão e tradução, ensaio, resenhas, entrevistas e relato de experiência. Todos os trabalhos devem estar em conformidade com as normas e critérios para apresentação estabelecidos e disponíveis no portal do periódico. No site da Bibliomar também encontram-se disponíveis as edições anteriores do ano de 2002 a 2024.

A composição do seu Conselho Editorial é formado pela docente da disciplina, atualmente a professora doutora Diana Rocha da Silva (editora), também coordenadora geral das comissões e pelos coordenadores das equipes que são compostas pelos alunos do 5º período. As quatro comissões que formam o expediente são a: Comissão Editorial, Comissão de Captação de Originais, Comissão de Comunicação e Divulgação e Comissão de Finanças e Patrocínio, além de patrocínios externos. Os discentes da turma escolhem participar da comissão que tenham mais aptidão. De modo geral, o Conselho Editorial é integrado pelos professores do Departamento do Curso de Biblioteconomia que são escolhidos conforme a linha de pesquisa que trabalham. Possuem a função deliberativa de acompanhar e orientar o plano de ações de cada comissão e orientar os coordenadores das comissões no desenvolvimento das atividades (Oliveira; Silva, 2012).

Ressalta-se, que o trabalho em conjunto e em harmonia das comissões é um importante aliado, pode-se dizer até indispensável para que as tarefas sejam desempenhadas da melhor forma possível, assim alcançará a qualidade desejada. Logo,

[...] pode-se acrescentar que, o alcance das metas da Revista Bibliomar têm sido orientadas pelo planejamento estratégico e pelo trabalho coletivo das comissões, com vistas a consolidar as dimensões qualitativas exigíveis pela comunidade científica, e manter-se forte no protagonismo da Ciência da Informação. Nestes 20 anos sem interrupções, com reconhecimento, manteve-se efetiva na produção, distribuição e uso da informação (Revista Bibliomar, 2022, p. 10).

Corroborando com o objetivo da criação da Bibliomar um fator importante durante o processo de formação acadêmica é a adoção de medidas ou práticas metodológicas para dar suporte ao plano de ensino teórico. Entende-se, portanto, que esses métodos ajudam e auxiliam no crescimento da aprendizagem através do estímulo e da prática. Nesse viés, a experiência de produzir um periódico científico no âmbito universitário, enquanto graduandos, como afirma Fortuna (2015, p. 65), “dentro do processo pedagógico, teoria e prática precisam dialogar permanentemente, fugindo da ideia tradicional de que o saber está somente na teoria, construído distante ou separado da ação/prática”. Dessa forma, torna-se indispensável essa experiência, pois expande o interesse e permite uma maior assimilação do conteúdo.

5.1.1 Política Editorial da Revista Bibliomar

No âmbito de todo o processo de editoração se faz necessário adotar algumas medidas ou seguir padrões já definidos para orientar do início ao fim o trâmite das publicações periódicas científicas antes mesmo do seu recebimento à fase final da sua publicação e lançamento de uma edição. Portanto, adotar uma política se torna indispensável, pois é ela que irá orientar ou direcionar todas as etapas que irão ser realizadas. Esta política também serve para não perder de vista os objetivos e as funções de um periódico. É a direção, a base principal para realização do trabalho editorial. Em vista disso, “[...] uma política editorial deve estabelecer o que editar, como editar, onde editar, quando editar, porquê editar e para quem editar [...]” (Rosinha, 1989, p. 251).

Ainda seguindo o pensamento de Rosinha (1989, p. 252), o autor define o “[...] conceito de política editorial como: a arte ou ciência relativa à organização, coordenação e execução de atividades orientadas a comunicar, sob a forma escrita [...]”. Através da Política Editorial da Revista Bibliomar é possível observar o cuidado em preservar a identidade e ética na realização ao longo de todo o processo, com o intuito de fornecer segurança aos possíveis autores que desejam ter a oportunidade de ver seus trabalhos publicados. Destaca-se a preocupação na sua composição,

pois, conta com renomados pareceristas do campo da Ciência da Informação, Biblioteconomia e áreas afins. A estrutura da Política Editorial da Revista Bibliomar é dividida em nove seções como apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 - Estrutura da Política Editorial da Revista Bibliomar

1	Introdução
2	Cessão de Direitos Autorais
3	Estrutura Administrativa a) Comissão Editorial (CE)
4	Estrutura da Revista
5	Diretrizes para autores a) Normas para publicação: instruções aos autores b) Normas para artigos c) Normas para entrevistas d) Normas para relatos de experiência e) Normas para ensaios f) Normas para resenhas
6	Avaliação dos manuscritos a) Apreciação dos pareceristas
7	Condições para submissão
8	Declaração de direito autoral a) Declaração de responsabilidade
9	Direitos de publicação

Fonte: Adaptado da Política Editorial da Revista Bibliomar (2024?).

A seguir, é apresentado as partes principais que constituem a Política Editorial da Revista Bibliomar. Ressalta-se, que todas as informações foram retiradas da Política disponível em seu portal na *web*. Um dos pontos destacados é a isenção de cobranças para o processamento e submissão de artigos. A Política é dividida em quatro partes, sendo a primeira: **introdução**. A introdução apresenta o curso e o órgão ao qual é vinculada, os tipos de trabalhos aceitos para publicação, a responsável pela criação do periódico e seu objetivo.

Em seu segundo tópico apresenta a **cessão de direitos autorais**. Destaca a responsabilidade e confiabilidade entre ambas as partes, autor e editor, pois a Bibliomar preza pela ética e a moral no envio dos trabalhos. Assim como o artigo submetido deve atender a todos os requisitos estabelecidos, é necessário que o autor também encaminhe o termo de confirmação de autoria e cessão de direitos autorais para que o trabalho possa ser publicado.

A Política também possui uma **estrutura administrativa**. Constitui a estrutura administrativa, a Comissão Editorial esta é a responsável por estabelecer a Política Editorial e coordenar as produções de todas as edições da revista e promover

reuniões para o alinhamento, ou sempre que necessário com os componentes das comissões.

A **estrutura da revista** é composta pelas **diretrizes para os autores**. Nela apresentam todas as normas para artigos, entrevistas, relatos de experiência, ensaios e resenhas. Também destaca todos os critérios e exigências para que o trabalho passe pela avaliação e possivelmente para sua publicação.

Para a **avaliação dos manuscritos** fica sob a responsabilidade da Comissão de Captação de Revisão de Originais. Esta comissão examinará e encaminhará para os pareceristas somente os trabalhos que estiverem dentro das normas, regras e critérios editoriais da revista. A próxima etapa fica a cargo dos pareceristas na **apreciação**, estes são os responsáveis pela aprovação ou não dos trabalhos e sinaliza as correções que devem ser feitas quando necessário.

Nas **condições para submissão**, os autores devem atentar-se a todos os requisitos obrigatórios antes da submissão do trabalho. Nos casos em que as submissões não estejam de acordo com as normas, este será devolvido aos autores. Ressalta-se, novamente, que a Política Editorial da Revista Bibliomar disponibiliza de forma detalhada todas as normas, padrões, critérios e exigências de acordo com cada tipo de trabalho que o autor deseja submeter para publicação. Os autores também devem encaminhar junto com o trabalho a **“Declaração de Direito Autoral/Declaração de Responsabilidade”**, devidamente preenchida e assinada.

Destaca ao final da Política os **“Direitos de Publicação”** onde dá ciência aos usuários sobre os direitos de compartilhamento, adaptação do material publicado que devem ser feitos seguindo conforme os termos de “atribuição” e “sem restrições adicionais”.

Portanto, verifica-se que a Política Editorial da Revista Bibliomar contempla as informações básicas que devem conter em um periódico, assim como consta a sua estrutura do seu processo editorial, incluindo as normas de acordo com cada tipo de trabalho que o pesquisador deseja submeter para publicação e as diretrizes para os autores, estabelecendo prazos, o que demonstra a preocupação em manter uma organização no seu processo editorial.

5.2 Manuais de Publicação Científica: Manual ANPAD (2010), NBR 6021 (2015), Critérios Scielo Brasil (2022) e o Relatório do Qualis Periódicos (2019)

Os Manuais de Publicação Científica são documentos oficiais que possuem como objetivo auxiliar os periódicos científicos na regulamentação dos seus processos editoriais desde o recebimento da obra até a fase final. Nesse viés, define critérios, recomendações e padrões. Após um aparato geral da política do periódico, será realizada uma análise descritiva desta com os Manuais de Publicação Científica de acordo com os critérios destacados nos quadros 8 e 12 retirados do Manual ANPAD (2010) que dará embasamento para verificar as configurações conforme a ABNT NBR 6021 (2015), os Critérios da Scielo Brasil (2022) e o Relatório do Qualis Periódicos (2019). Dessa forma, cabe entender a princípio o que cada documento representa.

A Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração é voltada para a promoção do ensino, pesquisa e produção de conhecimento no campo da ciência administrativa. Apresentando brevemente seu contexto histórico, foi criada no ano de 1976 com a iniciativa dos oito programas de pós-graduação existentes no Brasil. Esta Associação é atualmente o principal órgão de interação dos programas associados, grupos de pesquisa da área e a comunidade internacional (Chaves, 2021).

A ANPAD tem como missão: induzir altos padrões de qualidade de ensino e pesquisa e representar a pós-graduação em Administração no Brasil. Tem como valores a: integração, inovação, integridade e inclusão. Configura-se como um espaço que além de reunir programas de pós-graduação, promove debates e se destaca como um elemento necessário para o âmbito acadêmico e social.

A Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração com o intuito de auxiliar os periódicos no seu desempenho e ampliação no impacto como fonte de pesquisa, desenvolveu o Manual ANPAD de Boas Práticas da Publicação Científica que constitui-se como um documento da área de Administração e Contabilidade e representa “[...] um conjunto de critérios e orientações a respeito da publicação científica e dos papéis dos principais atores envolvidos no processo, tanto sob o ponto de vista ético quanto do operacional” (ANPAD, 2010, p. 1).

Constitui em seu Manual os tópicos destacados no Quadro 5:

Quadro 5 - Seções do Manual ANPAD

1	Introdução: apresentação do Manual ANPAD
2	Padrões do Processo Editorial: a) Estrutura gerencial e editorial; b) Requisitos mínimos de um periódico científico em Administração e Contabilidade
3	Boas Práticas de Publicação Científica aprovadas pela área
4	O papel do editor
5	Papel do Comitê de Política Editorial ou Conselho Editorial e do Corpo Editorial Científico
6	Papel do revisor de artigos do periódico científico
7	O autor
8	Referências

Fonte: Adaptado do Manual ANPAD (2010).

O Manual é um documento que foi produzido para auxiliar os periódicos brasileiros que almejam seguir um padrão de qualidade científica, para que de maneira eficaz possam desenvolver melhor os serviços de publicação e disseminação da informação e atingir elevados potenciais no âmbito do qual se inserem atualmente.

Cabe salientar que o Manual não possui caráter normativo, ele apenas serve como guia para orientar os editores. Assim, sinaliza por tópicos explicitando detalhadamente o que deve constituir na Política Editorial, como deve ser realizado, por quem, a responsabilidade e a ética envolvida nesse trabalho.

O segundo documento usado como base é a Norma Técnica Brasileira ou NBR 6021 que dispõe sobre a Informação e Documentação de Publicações Periódicas Técnicas e/ou Científicas, na qual “[...] estabelece os princípios gerais para apresentação dos elementos que constituem a publicação periódica técnica e/ou científica, impressa e/ou eletrônica, no que couber” (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015, p. 1).

Aborda os termos e definições tanto para periódicos em formato impresso como para publicações periódicas científicas em meios eletrônicos. A Revista Bibliomar como citada anteriormente, foi criada em meio impresso, mas com mudanças em seu formato original, atualmente se encontra apenas em meio digital. Neste viés, a análise descritiva será realizada com base em seu modelo atual de publicação relacionando com o que a NBR 6021 determina para os periódicos científicos em meio eletrônico.

Dessa forma, elenca-se os elementos da Norma 6021 que são divididas nas seguintes partes como destacado no Quadro 6:

Quadro 6 - Estrutura para publicação periódica científica em meio eletrônico

1	Regras gerais	-
2	Estrutura	-
2.1	Tela de abertura	Elemento obrigatório
2.2	Sumário	Elemento obrigatório
2.3	Editorial	Elemento obrigatório
2.4	Créditos	Elemento obrigatório
2.5	Histórico da publicação	Elemento opcional
2.6	Instruções editoriais para os autores	Elemento obrigatório
2.7	Índice	Elemento opcional

Fonte: Adaptado da ABNT NBR 6021 (2015).

Dessa forma, cabe ressaltar que a ABNT NBR 6021 é um importante instrumento a ser adotado como orientação. Da mesma forma, a Scielo Brasil com o objetivo de orientar os periódicos científicos para indexação e permanência na coleção, criou um documento para apresentar os critérios, a política e a forma de avaliação segundo este órgão de fomento à pesquisa. De acordo com a Scielo Brasil (2022, p. 4),

A função desta avaliação é acompanhar, promover e fortalecer o desenvolvimento da qualidade e relevância científica, cultural, social, econômica e técnica da Coleção SciELO Brasil de periódicos publicados no Brasil e seu alinhamento com o modus operandi da ciência aberta e assim contribuir para o aumento sustentável da visibilidade e impacto da Coleção como um todo, das áreas temáticas e, individualmente, dos periódicos que indexa e publica e das pesquisas que comunicam.

Esta avaliação foi pensada e alinhada para corroborar com as políticas de âmbito nacional voltadas para o avanço de pesquisas, bem como de acordo com “as condições e prioridades das comunidades de pesquisa e os padrões internacionais de indexação, publicação, interoperabilidade e de avaliação de desempenho de periódicos de qualidade” (Scielo Brasil, 2022, p. 4). Por consequência, torna-se essencial promovendo, fortalecendo e colaborando para um periódico científico qualificado, obtendo relevância para ambas as partes, o canal de comunicação e as suas publicações.

Para esta investigação o documento usado como parâmetro data de 2022, onde aborda os critérios, política e procedimentos específicos para os periódicos somente da Coleção Scielo Brasil, tendo em vista os padrões internacionais de Comunicação Científica, alinhando-se de acordo com as condições e características do Sistema Brasileiro voltado para a ciência, tecnologia e inovação do país. O documento está dividido em 10 seções constituídas como apresentado no Quadro 7:

Quadro 7 - Seções dos Critérios SciELO Brasil

1	Introdução
2	Os Critérios SciELO Brasil no contexto do Programa SciELO
3	O Comitê Consultivo da Coleção SciELO Brasil
4	Escopo da Coleção SciELO Brasil
5	Critérios SciELO Brasil para admissão e permanência de periódicos
6	Relatórios de desempenho e reuniões de análise e debate
7	Parecer do processo de exclusão de títulos
8	Recursos contra decisões do Comitê Consultivo
9	Readmissão
10	Resultados das reuniões do Comitê Consultivo SciELO Brasil

Fonte: Adaptado dos Critérios SciELO Brasil (2022).

Verifica-se, que além dos critérios o documento também aborda detalhadamente todos os outros procedimentos realizados para a admissão e avaliação dos periódicos que almejam ser indexados por este portal. Semelhante a SciELO Brasil encontra-se os Relatórios do Qualis Periódicos que são documentos que também definem critérios para a classificação dos periódicos brasileiros, os quais são distribuídos de acordo com cada área-mãe e para a análise da Revista Bibliomar foi utilizada a área 31: comunicação e informação, pois está de acordo com a sua classificação pelo Qualis Periódicos.

O relatório tem como um dos seus objetivos apresentar o trabalho da comissão responsável pela área 31, baseando-se na ABNT NBR 6021 (Informação e Documentação: publicação periódica técnica e/ou científica) para conceituar a publicação periódica científica. E também explicita sobre as revistas não científicas. Estes dois tipos de comunicação são os que norteiam a avaliação da Capes. Apresenta também os parâmetros gerais utilizados como base pela comissão para a avaliação dos periódicos enquadrados na área.

Dessa forma, destaca a obrigatoriedade de cumprir com os critérios para expandir a sua visibilidade, possibilitando a indexação nas bases de dados tanto nacionais como internacionais. Segundo o Relatório do Qualis Periódicos (2019, p. 4),

[...] o objetivo de tal classificação não é estabelecer uma avaliação geral de todos os veículos, mas apenas daqueles que integram a base de cada Área de avaliação da CAPES, tomando por referência a produção qualificada de membros (docentes e discentes) dos Programas [...].

Logo, todos estes critérios vão impactar na sua pontuação, como também influenciará na sua classificação que são distribuídos entre os 8 estratos: A1, A2, A3, A4 – B1, B2, B3, B4. Atualmente, a Revista Bibliomar é classificada como B2.

Entende-se, portanto, que os Manuais irão guiar e dar suporte para os periódicos brasileiros, se formalizando como documentos oficiais que se destinam a regulamentar as revistas científicas na uniformização e indexação em bases informacionais nacionais e internacionais. Deste modo, torna-se essencial segui-las e indispensável para dar visibilidade e padronização.

6 CONFIGURAÇÃO DA REVISTA BIBLIOMAR: análise descritiva

A configuração de um periódico científico são os detalhes sobre uma revista no que se refere à sua criação e existência. De acordo com o Manual ANPAD é necessário seguir alguns requisitos mínimos para a sua criação e apresentação. Dentre estes itens considerados como elementos obrigatórios, inclui-se o registro do ISSN, os dados das organizações responsáveis pela publicação, a missão do periódico, o foco temático, a qualidade, a avaliação e as informações referentes dos responsáveis pelas edições publicadas, como o Comitê de Política Editorial e o Comitê Científico. Também deve apresentar os dados dos revisores de todas as edições, as normas que devem ser adotadas para os trabalhos que serão submetidos, a descrição dos procedimentos de tramitação, arbitragem e a periodicidade.

Para a ABNT Norma 6021 determina os princípios gerais para a disposição dos elementos que devem constar em toda publicação periódica técnica ou científica, impressa ou eletrônica. Estas categorias estão divididas pela estrutura em elementos pré-textuais, os elementos pós-textuais e as regras gerais. Cada uma destas seções apresenta os itens obrigatórios e opcionais que um periódico deve conter ou adotar na sua Política Editorial e em suas publicações.

Corroborando com os dois documentos citados anteriormente, os Critérios da Scielo Brasil e o Relatório do Qualis Periódicos também estabelecem requisitos para a configuração de uma revista científica que devem ser apresentados na Política Editorial compreendendo todo um conjunto no qual deve ser indicado a área temática, a missão, objetivos, ações, o título, identificação, o ISSN da revista, histórico do periódico, instruções aos autores, assim como todas as normas adotadas, os procedimentos de avaliação devidamente registrados e a composição da Equipe Editorial.

Em suma, pode-se afirmar que os quatro documentos citados acima dispõe das configurações que todo periódico científico deve seguir. Mas para a análise descritiva da Política Editorial da Revista Bibliomar, estes documentos darão completo aos nove requisitos mínimos do Manual ANPAD em destaque no Quadro 8.

Quadro 8 - Requisitos mínimos do Manual ANPAD

1	Ter registro no ISSN (<i>International Standard Serial Number</i> – Número Internacional Padronizado para Publicações Seriadas).
2	Informar, no sítio eletrônico e nas edições impressas (se houver), os dados das organizações responsáveis pela publicação.
3	Apresentar, no seu sítio eletrônico, a missão do periódico, incluindo seu foco

	temático e sua preocupação com a qualidade, e mencionando explicitamente a adoção de avaliação por pares na forma de <i>blind review</i> .
4	Informar os nomes completos e as respectivas afiliações institucionais do editor, também denominado editor-geral ou editor-chefe, dos editores associados (se houver), e de todos os integrantes do Comitê de Política Editorial e do Corpo Editorial Científico.
5	Publicar, anualmente, na página ou portal de internet, e no último número de cada volume, para periódicos impressos, a lista daqueles que atuaram como revisores do periódico no ano, sem, no entanto, estabelecer uma ligação entre revisores e os manuscritos revistos.
6	Disponibilizar permanentemente, no sítio eletrônico, as normas de submissão, com menção explícita aos idiomas de submissão e publicação oficiais do periódico, e a política editorial, incluindo a descrição dos procedimentos de tramitação e arbitragem.
7	Publicar, no mínimo, dois fascículos por ano, contendo artigos de caráter acadêmico-científico, inéditos e significativos para a área específica do periódico.
8	Apresentar, no início de cada artigo: título, resumo e palavras-chave, no(s) idioma(s) em que for oferecido o texto e em inglês; e os nomes dos autores, com a respectiva afiliação institucional.
9	Fornecer o endereço físico ou eletrônico de pelo menos um dos autores.

Fonte: Adaptado do Manual ANPAD (2010).

A seguir, apresenta-se a análise descritiva com os Manuais de Publicação Científica: o Manual ANPAD (2010), a ABNT NBR 6021 (2015), os Critérios Scielo Brasil (2022) e o Relatório do Qualis Periódicos (2019) que será realizada através etapa de configuração da revista.

6.1 Número Internacional Normalizado para publicações seriadas

Para a criação e existência de uma revista dentro dos padrões exigidos pelas organizações é necessário adotar alguns requisitos mínimos como apresentado no Quadro 8 que integra o Manual da ANPAD em seu primeiro aspecto a necessidade do registro no ISSN, que indica o *International Standard Serial Number*, ou em português, o Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas/Número Internacional Normalizado das Publicações em Série. Este requisito também é indicado como obrigatório tanto na NBR 6021, como nos Critérios da Scielo Brasil e no Relatório do Qualis Periódicos.

Segundo a NBR 6021 o Número Padrão Internacional para Publicação Seriada é um “identificador aceito internacionalmente para individualizar o título de uma publicação seriada, tornando-o único e definitivo” (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015, p. 3). O ISSN é um elemento obrigatório e deve constar sempre na primeira capa do periódico, colocado no canto superior direito, conforme a

ABNT NBR 10525. Também deve constar nos elementos pré-textuais e nos elementos pós-textuais tanto para periódicos impressos quanto para periódicos eletrônicos na tela de abertura.

Já conforme os Critérios da Scielo Brasil aparece na seção de título e identificação para identificar bibliograficamente o periódico. No qual o ISSN tanto da versão *online* como o ISSN da versão impressa constam como elementos bibliográficos. Dessa forma, também aparece como elemento obrigatório no Relatório do Qualis Periódicos que informa a necessidade do ISSN claramente indicado na página inicial do site e ao longo de todos os arquivos. O Relatório destaca não fazer o uso de mais de um ISSN evitando a dispersão de informações e citações.

À vista disso, partindo do primeiro quesito para a etapa de configuração da revista, foram analisadas todas as capas das edições do ano de 2015 até o primeiro semestre do ano de 2024, período em que a revista passou a ser publicada somente em seu formato eletrônico e que estão dispostas no Quadro 9 para a análise.

Quadro 9 - ISSN das edições publicadas da Revista Bibliomar (2015-2024)

Ano	Edição	ISSN	Localização	Observação
2015	v. 14, n. 2, jul./dez. 2015	1677-7220	Canto inferior direito	
2016	v. 15, n. 1/2, jan./dez. 2016	1677-7220	Rodapé da capa	
2016	v. 15, n. especial, jul./dez. 2016	-	Não localizado	Não consta o ISSN na capa
2017	v. 16, n. 1, jan./jun. 2017	2526-6160	Canto superior direito	Mudança no número do ISSN
2017	v. 16, n. 2, jul./dez. 2017	2526-6160	Canto superior direito	
2018	v. 17, n. 1, jan./jun. 2018	2526-6160	Canto superior direito	
2018	v. 17, n. 2, jul./dez. 2018	2526-6160	Canto superior direito	
2019	v. 18, n. 1, jan./jun. 2019	2526-6160	Canto superior direito	
2019	v. 18, n. 2, jul./dez. 2019	2526-6160	Canto superior direito	
2020	v. 19, n. 1, jan./jun. 2020	2526-6160	Canto superior direito	
2020	v. 19, n. 2, jul./dez. 2020	2526-6160	Canto superior direito	
2021	v. 20, n. 1, jan./jun. 2021	2526-6160	Canto superior direito	
2021	v. 20, n. 2, jul./dez. 2021	2526-6160	Canto superior direito	
2022	v. 21, n. 1, jan./jun. 2022	2526-6160	Canto superior direito	
2022	v. 21, n. 2, jul./dez. 2022	2526-6160	Canto superior direito	
2023	v. 22, n. 1, jan./jun. 2023	2526-6160	Canto superior direito	

2023	v. 22, n. 2, jul./dez. 2023	2526-6160	Canto superior direito	
2024	v. 23, n. 1, jan./jun. 2024	1677-7220	Lateral direita	Mudança no número do ISSN

Fonte: Elaborado pela autora.

Após análise observa-se uma variação na localização do ISSN nas capas das edições publicadas nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2024. A primeira edição publicada eletronicamente foi o v. 14, n. 2, jul./dez. 2015 onde apresenta o número do ISSN no canto inferior direito, já no v. 15, n. 1/2, jan./dez. 2016 o ISSN aparece rodapé da capa. Destaca-se, que na análise do v. 15, n. 2, jul./dez. 2016 uma edição especial publicada, não consta o Número Internacional da revista na capa, inserindo-se somente no seu expediente.

No entanto, a partir do v. 16, n. 1, jan./jun. 2017 ao v. 22, n. 2, jul./dez. 2023 encontra-se uma padronização e uniformização da localização do ISSN, ou seja, a Revista Bibliomar começa a adotar a posição correta do ISSN no canto inferior direito, conforme recomenda a ABNT NBR 10525. Porém, em seu v. 23, n. 1, jan./jun. 2024 para de seguir esse padrão apresentando o Número Internacional na lateral direita da capa.

Observa-se uma outra divergência no número do ISSN, pois apresenta entre 2015 e 2016 como número internacional: 1677-7220 que era usado inicialmente para as edições em formato impresso no período entre 2002 a 2014. Porém, nas edições de 2017 a 2023 a Revista Bibliomar passa a adotar o número: 2526-6160 para as suas edições em formato eletrônico. Essa mudança no número se deve a configuração na forma de publicação de impressa para eletrônica.

Já na sua última edição digital publicada em 2024 (v. 23, n. 1, jan./jun.) volta a usar o número do ISSN: 1677-7220 na capa que era usado apenas para suas edições em formato impresso, porém, no seu expediente consta a sequência 2526-6160. Logo, verifica-se uma desatenção quanto a sua identificação levando a uma duplicação do ISSN. O que não é uma recomendação do Relatório do Qualis Periódicos que indica não fazer o uso de mais de um ISSN evitando a dispersão de informações e citações. Dessa forma, a Revista Bibliomar não atende totalmente as recomendações dos manuais, não apresentando uma uniformidade e padronização. Logo, sugere-se uma adequação para que o periódico siga os princípios propostos pelas Boas Práticas de Publicação Científica.

Após análise, verifica-se que todos os documentos apontam o ISSN como item obrigatório. Logo, há uma unanimidade geral em relação a esta apresentação do primeiro requisito destacado. Porém, enquanto o Manual ANPAD e os Critérios Scielo Brasil apenas informam a obrigatoriedade do Número Internacional Normalizado, não fazem referência a posição em que deve ser apresentado na revista, apenas a Norma 6021 e o Relatório do Qualis Periódicos vão dar ênfase e vai dispor detalhadamente como deve ser apresentado. No caso da Norma 6021 também recomenda a consulta à ABNT NBR 10525 sobre Informação e Documentação: número padrão internacional para publicação seriada. Já para o Qualis Periódicos o ISSN deve estar claramente indicado na página inicial do site e ao longo de todos os arquivos.

Pode-se afirmar que a Revista Bibliomar ainda necessita cumprir este requisito em sua totalidade, pois, embora indique o ISSN na página inicial em seu portal na *web* como recomendado pelo Qualis, também deve aderir uma padronização como indicada na Norma 6021 se almeja adequar-se às Boas Práticas. Cabe ressaltar que um periódico que possui e faz uso do seu Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas assegura uma visibilidade e qualificação, além de facilitar a recuperação em bases indexadoras de periódicos científicos.

6.2 Dados das organizações responsáveis pela publicação

Para atender ao segundo requisito deve informar no site os dados das organizações responsáveis pela publicação⁶. Este item corresponde a criação institucional que são os agentes principais e responsáveis pela manutenção e crescimento de um periódico, tornando-se um dos elementos essenciais para que uma revista seja reconhecida, reforçando o comprometimento de uma comunicação séria que segue os padrões éticos. Bem como indica que o periódico encontra-se vinculado institucionalmente a uma Instituição de Ensino Superior ligada a um Departamento, no caso da Revista Bibliomar ao Departamento do Curso de Biblioteconomia, o que fortalece uma formalização, proporcionando maior visibilidade, credibilidade e confiabilidade aos autores.

Conforme indicado no Manual da ANPAD, a NBR 6021 também dispõe como elemento obrigatório constar no periódico os “créditos”, o qual deve indicar os nomes

⁶Para encontrar informações sobre a Equipe Editorial da Revista Bibliomar basta acessar o portal do periódico por meio do link:
<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/about/editorialTeam>.

peçoais ou institucionais e da natureza da participação intelectual, artística, técnica ou administrativa na elaboração da publicação. Assim como consta nos Critérios da Scielo Brasil na seção de “título e identificação” a obrigatoriedade da apresentação do nome da entidade ou entidades responsáveis legalmente pelo periódico. Bem como no Relatório do Qualis Periódicos, também é recomendado que os dados da instituição de publicação devem ser apresentados.

Em relação ao segundo critério, os quatro manuais indicam que o periódico deve apresentar os dados com os nomes dos responsáveis pela publicação. No entanto, o Manual ANPAD, os Critérios Scielo Brasil e os Relatórios do Qualis Periódicos apenas apontam como item obrigatório. Enquanto a NBR 6021 vai dispor detalhadamente a forma como este requisito deve ser apresentado. Os elementos que devem constar são:

- a) Nome e endereço do editor/editora (incluindo correio eletrônico e *homepage*);
- b) Créditos institucionais;
- c) Comissão científica, técnica ou editorial;
- d) Créditos técnicos (projeto gráfico, normalização, copidesque, revisão, diagramação e formatação, capa, ilustrações e outros);
- e) Órgão de fomento;
- f) Bases de dados em que o periódico é indexado;
- g) Filiação da publicação;
- h) Nome e endereço da distribuidora (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015, p. 7).

Em relação a esta padronização, a partir da análise realizada na Revista Bibliomar identificou-se que no v. 14, n. 2, jul./dez. 2015 das configurações citadas acima apenas não inclui o correio eletrônico e *homepage* (ver letra a) na sua publicação, constando todas as outras informações no seu expediente. Já no v. 15, n. 1/2, jan./dez. 2016 além de conter quase todas as informações recomendadas pela norma começa a incluir o correio eletrônico da revista, mas ainda não adiciona o endereço da *homepage*, apenas a partir do v. 15, n. especial, jul./dez. 2016 a *homepage* da revista começa a aparecer em conjunto com todos os outros elementos indicados.

Dessa forma, somente a partir do segundo semestre de 2016 a 2024 a revista começa a adotar os elementos recomendados e necessários para identificação do periódico. No entanto, percebe-se uma falta de padronização em seus expedientes na

disposição das informações, ou seja, não possui uma uniformidade quanto a formatação. A exemplo disso, cita-se o v. 20, n. 2, jul./dez. 2021 que a inclui um nova rede social, o Twitter, que já não consta no v. 21, n. 1, jan./jun. 2022 e volta a ser incluído novamente no v. 22, n. 1, jan./jun. 2023.

Uma observação importante é que a partir da edição v. 23, n. 1, jan./jun. 2024 a revista começa a adotar o símbolo da licença *Creative Commons* sinalizando a permissão da distribuição gratuita das obras que são protegidas por direitos autorais. Percebe-se, dessa forma, que há uma evolução quanto às adequações necessárias e aos dados das organizações responsáveis pela publicação. Mas ainda há uma necessidade de uma configuração mais adequada quanto a estas disposições, porque percebe-se ainda uma falta de padronização e uniformização dos dados apresentados em cada expediente.

Além dos expedientes de cada edição, também dispõe em sua página na *web* as informações de toda a Equipe Editorial que a compõem, assim como os responsáveis pela publicação que fica a cargo da Equipe do Portal de Periódicos da Universidade Federal do Maranhão. A Equipe é formada pelo editor(a), Coordenador Geral das Comissões, Comissão de Captação de Originais, Comissão Editorial, Comissão de Comunicação e Divulgação, Comissão de Finanças e Patrocínio, Bibliotecárias Colaboradoras e o Conselho Editorial. Apesar de não constar nenhuma data de alterações realizadas, espera-se que os expedientes sejam atualizados sempre que necessário e recomenda-se incluir uma informação constando a data da última atualização e a inclusão dos elementos recomendados pela Norma 6021 também nas abas do portal onde apresentam a equipe da revista.

Portanto, observa-se uma necessidade de apresentar o vínculo institucional pela importância e pela segurança da informação tanto para o periódico quanto para os autores. Logo, pode-se afirmar que a Revista Bibliomar possui um “olhar” de crescimento, pois busca cumprir os princípios das Boas Práticas de Publicação Científica.

6.3 Missão do periódico, foco temático e qualidade

No terceiro requisito é necessário apresentar no seu sítio eletrônico, a missão do periódico, incluindo seu foco temático e sua preocupação com a qualidade e mencionando explicitamente a adoção de avaliação por pares na forma de *blind review*. A necessidade da definição da missão de um periódico científico é a origem e

o propósito deste canal de Comunicação Científica. É importante para que a revista tenha uma razão para sua existência. O foco temático é o eixo centralizador, os temas que podem ser abordados nas obras para as possíveis publicações, atentando-se sempre a qualidade dos materiais aprovados, pois deve existir a responsabilidade de todo conteúdo que é disseminado. Logo, é tão importante na avaliação aqui citada como *blind review*, ou avaliação cega que consiste no anonimato tanto dos autores quanto dos revisores.

Sobre o terceiro requisito o Manual ANPAD e a Scielo Brasil são os únicos dos quatro documentos analisados que dão ênfase à missão do periódico. Para a Scielo Brasil a missão do periódico deve estar associada ao avanço da pesquisa em uma disciplina, área temática, escola de pensamento, movimento social ou cultural. Quanto ao foco temático a Scielo Brasil indica que deve constar na missão do periódico, enquanto para o Qualis Periódicos deve constar na Política Editorial de forma explícita a sua dimensão temática.

Já para o processo de avaliação deve ser realizado por pares. Segundo a Scielo Brasil (2022, p. 8),

[...] deve ser o mais informado possível. Os artigos devem conter na versão final o nome da ou das editoras(es) responsáveis pelo processo de avaliação. Os periódicos devem também oferecer aos pareceristas e autores a opção de abrir as respectivas identidades na perspectiva de favorecer a interação no processo de avaliação do manuscrito.

Para os Critérios da Scielo Brasil destaca que todos os procedimentos de avaliação dos manuscritos devem estar devidamente registrados. Em conformidade ao Manual ANPAD, o Qualis Periódicos indica que deve haver a descrição e transparência do processo editorial. O que deve ser incluído na política editorial uma política de detecção de plágio, os critérios de avaliação e realização da avaliação às cegas por pares. Porém, na NBR 6021 nenhum destes itens são mencionados no documento.

Dessa forma, em atendimento ao terceiro critério a Revista Bibliomar apresenta em seu sítio eletrônico todos os elementos recomendados pelos manuais, ou seja, apresenta a missão, foco temático e a forma de avaliação. Logo, tem como missão: contribuir para o incentivo da produção científica por meio da disseminação de conteúdos informacionais no campo da Ciência da Informação e áreas interdisciplinares.

Até o ano de 2018 a Bibliomar ainda não possuía uma missão instituída, foi somente a partir do ano de 2019 com o auxílio e colaboração da professora Raimunda Ramos Marinho⁷ em conjunto com os alunos do 5º período da disciplina Política Editorial houve a elaboração e definição da missão do periódico. Já no que se refere ao foco temático é voltado para a Ciência da Informação que engloba as áreas de Biblioteconomia, Museologia, Arquivologia e Gestão da Informação. E em questão da qualidade a Bibliomar inclui entre seus critérios de avaliação a qualidade técnica do texto.

A avaliação é realizada por pares na forma de *blind review*. Logo, são executadas por dois avaliadores. Somente nos casos de discordância, um terceiro avaliador é requisitado. A revista também assegura a idoneidade e a imparcialidade no julgamento/análise. Mantendo um rigoroso sigilo dos autores e avaliadores do(s) artigo(s), entrevista(s), depoimento(s) ou resenha(s). Ou seja, a avaliação dos materiais submetidos segue o padrão que consiste na avaliação cega por pares, onde nem autor, nem avaliador conhecem a autoria. Porém, o editor escolhe o avaliador de acordo com a linha editorial, tornando-se o mediador entre as duas partes.

Portanto, verifica-se que apenas a ABNT NBR 6021 não constitui em seu documento nenhum dos elementos do terceiro critério. Porém, é possível observar a importância da missão de um periódico, bem como ter o foco temático definido, assim como todo o processo de avaliação devendo ocorrer de forma ética e transparente para assegurar aos autores uma maior confiabilidade em submeter seus trabalhos e garantir elevados padrões de visibilidade.

6.4 Dados e afiliações da equipe editorial

Em seu quarto critério dispõe sobre as informações dos nomes completos e as respectivas afiliações institucionais do editor, também denominado editor-geral ou editor-chefe, dos editores associados (se houver), e de todos os integrantes do Comitê de Política Editorial e do Corpo Editorial Científico. Esta indicação possui o objetivo de dispor os vínculos institucionais dos componentes do periódico para que os autores

⁷ Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (1987) e Mestre em Biblioteconomia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1995). Doutoranda em Educação pelo PPGE/UFMA. Professora do Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFMA. Também participa da Comissão Editorial da Revista Bibliomar. Atuou como consultora ad hoc dos Programas Institucionais de Bolsa de Iniciação à Docência e de Residência Pedagógica da CAPES. Coordenadora Geral do Parfor- CAPES.

ou as pessoas interessadas em submeter seus trabalhos possam identificar os respectivos responsáveis pela revista.

Dessa forma, também poderão observar que o periódico possui um Comitê Científico qualificado. E em grande parte composto por professores, pesquisadores e doutores, pessoas competentes que estão à frente de todo o processo editorial e estão vinculados a Instituições Científicas que trabalham com a ciência e com a produção científica, o que fornece visibilidade, confiabilidade e segurança para quem deseja ter seu trabalho publicado e dá credibilidade para ambas as partes. Assim como os autores poderão identificar as pessoas que compõem cada comissão com suas respectivas identificações e filiações, tornando o processo mais transparente, além de assegurar segurança científica.

Como já mencionado anteriormente no segundo requisito, este item é elemento obrigatório tanto na ABNT NBR 6021, nos Critérios da Scielo Brasil e também consta no Relatório do Qualis Periódicos, os quais destacam que a composição da equipe editorial e suas atividades no processo de avaliação dos manuscritos devem ser registradas e dispostas no periódico.

Em atendimento ao critério 4 e aos manuais, a Revista Bibliomar dispõe das informações e dados sobre a Equipe Editorial no seu portal da *web* na aba: “Sobre - Equipe Editorial”⁸, onde constam os nomes e filiações do Editor, Coordenador Geral das Comissões, Comissão de Captação de Originais, Comissão Editorial, Comissão de Comunicação e Divulgação, Comissão de Finanças e Patrocínio, Bibliotecárias Colaboradoras e Conselho Editorial.

Porém, na análise realizada do período de 2015 ao primeiro semestre de 2018 consta no expediente apenas os nomes dos alunos que participaram das Comissões Editorial, Comunicação, Captação e Revisão e Finanças, sem ainda fazer menção ou dispor dos componentes dos Comitês Editorial e Científico. Mas a partir do segundo semestre de 2018, mais especificamente no v. 17, n. 2, jul./dez., a revista já começa a adotar a prática de divulgação de todos os responsáveis ou contribuintes das edições publicadas, seguindo dessa forma até os dias atuais.

Diante da análise da última edição publicada até a referente data deste trabalho, o v. 23, n. 1, jan./jun. 2024 apresenta os nomes completos dos componentes

⁸As informações referentes a Equipe Editorial da Revista Bibliomar mencionadas anteriormente nos itens 3, 4 e 5 estão disponibilizadas no seu portal, acessando pelo link de direcionamento disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/about/editorialTeam>.

da Equipe Editorial seguido das afiliações institucionais dos integrantes do Comitê de Política Editorial e do Corpo Editorial Científico. A seguir, apresenta-se no Quadro 10 somente as instituições pelas quais os professores e pesquisadores dos comitês estão integrados e constam no expediente do referido volume.

Quadro 10 - Afiliações institucionais

Instituição	Sigla
Universidade Estadual Paulista	UNESP
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UFRJ
Universidade Federal do Maranhão	UFMA
Universidade Federal de Goiás	UFG
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	IBICT
Universidade de Brasília	UnB
Fundação Dom Cabral	FDC
Universidade de Aveiro	UA
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP
Biblioteca Pública Martinico Prado	DTI/PMA
Universidade Federal de Alagoas	UFAL
Universidade Federal do Pará	UFPA
Universidade Federal Fluminense	UFF
Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUCRJ
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN
México (Instituição não identificada)	México
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ
Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR
Universidade Federal do Cariri	UFCA
Universidade Federal da Paraíba	UFPB
Universidade Federal do Amazonas	UFAM

Fonte: Elaborado pela autora.

Cabe ressaltar que além do Comitê Editorial e do Comitê Científico, também existem as comissões como já mencionadas anteriormente. Em relação às comissões, por ser uma revista que é produzida pelos próprios alunos do Curso de Biblioteconomia na disciplina Política Editorial do 5º período, a cada semestre estes grupos vão se renovando, ou seja, não são permanentes, há um rodízio, mudando sempre a cada período.

Destaca-se que os discentes são os responsáveis por trabalhar diretamente no processo e gestão editorial, recebendo os arquivos e enviando para os avaliadores, bem como mediando a informação entre avaliador e autor, recorrendo às necessidades de demandas informacionais quando solicitadas. A formação dos grupos é realizada pela escolha dos próprios alunos que escolhem de acordo com as suas aptidões e requer comprometimento e responsabilidade profissional porque o intuito dessa participação é para que os discentes possam colocar em prática todos os conhecimentos teóricos adquiridos nas aulas.

6.5 Lista dos revisores do periódico no ano

O quinto critério estabelece que o periódico também deve publicar, anualmente, na página ou portal de internet e no último número de cada volume para periódicos impressos, a lista daqueles que atuaram como revisores do periódico no ano, sem, no entanto, estabelecer uma ligação entre o revisor e os manuscritos revistos. Porém, na NBR 6021 não foi identificado nenhum critério que determine a publicação de uma listagem sobre os revisores. Já para os Critérios da Scielo Brasil aparece como uma opção que deve ocorrer de comum acordo entre pareceristas e autores a solicitação e aceitação da publicação dos pareceres dos artigos aprovados com a identificação opcional dos pareceristas e abertura mútua de suas identidades no processo de avaliação. E para o Relatório do Qualis Periódicos este item entra como descrição e transparência do processo editorial.

Sobre o quinto critério, a lista daqueles que atuaram como revisores do periódico no ano, destaca-se que o Manual ANPAD frisa ser tanto para periódicos impressos como para eletrônicos. Dispor de tais informações torna o processo mais transparente como bem informado pelo Qualis Periódicos. A Revista Bibliomar é editada no formato digital e todas as edições bem como as informações referentes à Comissão Editorial são disponibilizados no site do periódico e nos expedientes como já mencionado anteriormente, porém, sem fazer menção a lista dos revisores do periódico no ano.

Diante da análise das edições dos anos de 2015 a 2024, não consta nenhuma lista específica que identifique de forma explícita quais responsáveis atuaram como revisores do periódico das publicações. Apenas apresenta a lista com os dados dos comitês e das comissões a partir do segundo semestre do ano de 2018, porém, sem fazer menção de quais foram os responsáveis pelas revisões daquela edição,

mantendo esta configuração até a sua última edição analisada do v. 23, n. 1, jan./jun. 2024.

Logo, pode-se afirmar que em relação ao critério 5, a revista não atende, o que caracteriza como um ponto negativo do periódico, verificando-se uma falta de transparência no seu processo editorial. Nesse viés, recomenda-se a adoção desta configuração, pois dessa forma contemplará o que determina os Manuais de Boas Práticas de Publicação Científica.

6.6 Normas de submissão, procedimentos de tramitação e arbitragem

No que se refere ao sexto critério deve disponibilizar permanentemente no sítio eletrônico as normas de submissão com menção explícita aos idiomas de submissão e publicação oficiais do periódico e a Política Editorial, incluindo a descrição dos procedimentos de tramitação e arbitragem. As normas da ABNT vão garantir uma padronização de todos os trabalhos publicados, garantindo um padrão de qualidade, uniformização e a organização das informações dispostas.

Este critério é voltado para as instruções editoriais para os autores, que segundo a ABNT NBR 6021 constitui-se como elemento obrigatório. Nesta seção são os “esclarecimentos quanto ao campo de atuação e aos objetivos, bem como exigências quanto à apresentação, à formatação e ao suporte físico dos originais destinados à publicação” (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015, p. 3). A norma também indica como recomendação a utilização da ABNT NBR 6022 para elaboração dos artigos.

Para a Scielo Brasil (2022), os critérios exigidos para os autores em suas publicações, devem obrigatoriamente adequar-se ao que se exige para serem aceitos na avaliação. Estes critérios devem ser informados, revisados e atualizados pelo periódico no mínimo uma vez ao ano. As instruções devem conter as normas bibliográficas que são adotadas para as citações e para as referências bibliográficas dos materiais utilizados, como dados de pesquisa, métodos, programas ou qualquer outro material utilizado.

Este item também aparece como elemento obrigatório no Relatório do Qualis Periódicos. Deve ser incluído na descrição e transparência do processo editorial, no qual os autores obrigatoriamente devem seguir as Normas Técnicas editoriais da ABNT ou equivalente. Os resumos devem ser apresentados em Língua Portuguesa e

em, pelo menos, uma língua estrangeira, seguido de palavras-chave. O Qualis ainda destaca para o estímulo à submissão e publicação de artigos em língua inglesa.

Atendendo ao sexto requisito a Bibliomar disponibiliza permanentemente em seu portal todas as normas para submissão e apresentação dos artigos, das entrevistas e relato de experiência, onde é possível visualizar todas as normativas e critérios necessários seguir de acordo com cada tipo de trabalho que o autor deseja submeter para apreciação e posterior publicação⁹.

Para submissão de artigos deve seguir as normas de formatação estabelecidas na Política Editorial da revista, nas normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas e de acordo com as novas regras ortográficas brasileiras. Os artigos aceitos são preferencialmente em português/brasileiro. Os casos excepcionais são avaliados individualmente.

A Política Editorial e todos os procedimentos de tramitação estão disponíveis no portal, especificamente na seção de “Diretrizes para Autores”. A Política Editorial da Revista Bibliomar indica as normas principais que obrigatoriamente devem ser consultadas pelo autor. Ao citar as normas não faz referência ao ano do documento, porém, cita que deve ser elaborada obedecendo ao disposto nas NBR atuais, ou seja, as que estão em vigor. Sendo elas a:

- a) NBR 6022 (Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica);
- b) NBR 10520 (Citações em documentos);
- c) NBR 6023 (Referências);
- d) NBR 6028 (Resumos);
- e) NBR 6024 (Numeração progressiva das seções de um documento);
- f) NBR 14724 (Trabalhos acadêmicos);
- g) IBGE (Normas de apresentação tabular. 3. ed. Rio de Janeiro, 1993).

Na Política também são descritas as normas para cada um dos tipos de trabalhos aceitos, com uma linguagem de fácil entendimento, mas que se encontram dispostos na seção de forma muito exaustiva ao leitor, pois os itens e as descrições estão muito próximas o que dificulta a visualização de forma que possam identificar cada item separadamente. Aqui sugere-se criar em forma de documento em slides ou template uma apresentação de cada item. Dessa forma, facilitará a visualização e compreensão quanto a formatação dos trabalhos.

⁹Através do link: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/about/submissions>.

Para a elaboração e apresentação de artigos recomenda-se a consulta a ABNT NBR 6022 (2018) que se constitui pelos seguintes elementos pré-textuais:

- a) Título no idioma do documento (obrigatório);
- b) Título em outro idioma (opcional);
- c) Autor (obrigatório);
- d) Resumo no idioma do documento (obrigatório);
- e) Resumo em outro idioma (opcional);
- f) Datas de submissão e aprovação do artigo (obrigatório);
- g) Identificação e disponibilidade (opcional).

Na análise das publicações do período de 2015 a 2017 os artigos apenas não contemplam o item da letra “f” que elenca as datas de submissão e aprovação do artigo como elemento obrigatório. Porém, na edição do ano de 2018, v. 17, n. 2, jul./dez. já começa a incluir esta informação continuando com esta configuração até as suas últimas publicações. A respeito dos requisitos opcionais mesmo que não precise necessariamente constar são características que enriquecem e dão destaque maior à obra, dessa forma, torna-se importante atribuí-las.

Atualmente em sua última edição, v. 23, n. 1, jan./jun. 2024, os artigos já contemplam todos os elementos pré-textuais tanto obrigatórios como os opcionais. Logo, incluem o título no idioma do documento, título em outro idioma, autoria, resumo no idioma do documento, resumo em outro idioma, datas de submissão e aprovação, identificação e disponibilidade. Assim como contemplam em todos os artigos os elementos textuais: introdução, desenvolvimento e considerações finais.

Portanto, em relação ao sexto critério há uma unanimidade da obrigatoriedade da definição das normas para submissão, assim como os idiomas. Cada um dos manuais vai dar ênfase a uma parte específica deste item. Enquanto a Scielo Brasil dá destaque para a obrigatoriedade e atualização das normas, a NBR 6021 não só menciona a formatação como também indica onde essas instruções devem ser impressas no trabalho. Já para o Qualis Periódicos vai dar ênfase ao estímulo da língua estrangeira, dando destaque para os artigos em língua inglesa.

No caso da Revista Bibliomar, mesmo com um espaço de tempo muito grande para se adequar e adotar os elementos mínimos, percebe-se o interesse da composição da Equipe Editorial em melhorar a qualidade do periódico, buscando atingir um padrão de qualidade cada vez maior. Pode-se afirmar essa evolução por meio das atualizações para estar em conformidade com o que dispõe nos manuais.

6.7 Fascículos, apresentação e endereço eletrônico dos autores

Prosseguindo para os critérios 7, 8 e 9 respectivamente, o periódico deve publicar, no mínimo, dois fascículos por ano, contendo artigos de caráter acadêmico científico, inéditos e significativos para a área específica do periódico com periodicidade semestral. Em relação a periodicidade, segundo a NBR 6021 é o:

Intervalo de tempo entre a publicação sucessiva dos fascículos de um mesmo título de publicação. Quando editado regularmente, o periódico pode ser diário, semanal, quinzenal, bimensal, mensal, bimestral, trimestral, semestral, anual, bienal, trienal e outros (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015, p. 4).

Enquanto para a Scielo Brasil a periodicidade é um dos critérios para indicar o fluxo da produção editorial do periódico, no qual as publicações devem ser contínuas, sendo esta uma exigência para a indexação de novos periódicos. Portanto, segundo a Scielo Brasil (2022, p. 25),

A publicação contínua contribui decisivamente para acelerar a comunicação das pesquisas e assim adiantam a exposição das pesquisas com ganhos de visibilidade. No meio web de publicação, os periódicos operam como plataformas de publicação de artigos e não mais como pacotes de artigos publicados em edições periódicas. Com a publicação contínua, os periódicos promoverão um fluxo de comunicação de pesquisas com ganhos para todos os atores e interessados(as).

Dentre seus critérios os artigos publicados em periódicos devem possuir:

- a) Caráter científico (pesquisas originais);
- b) Relevância temática;
- c) Contribuições para a respectiva área temática na coleção;
- d) Artigos inéditos.

Da mesma forma para o Relatório do Qualis Periódicos a periodicidade é um elemento que deve ser regular e atualizado e também com ênfase na publicação contínua. Assim como para a Scielo, o Qualis Periódicos também utiliza como critério para definir os estratos, pois é um aspecto que influencia nos indicadores de visibilidade e impacto. Deste modo, deve-se manter o compromisso e o comprometimento com a regularidade correta das publicações.

No caso da Revista Bibliomar possui periodicidade semestral, ou seja, publica duas edições por ano como pode ser comprovado mediante as edições destacadas abaixo. Somente no ano de 2015 foi publicada apenas uma edição, sugere-se que o motivo tenha sido a migração da revista impressa para a eletrônica. No ano de 2024 foi publicada somente uma edição até a presente data da pesquisa, pois ainda data-se do primeiro semestre, como pode ser visto no Quadro 11.

Quadro 11 - Edições publicadas entre 2015 a 2024

Ano	Edição
2015	v. 14, n. 2, jul./dez. 2015
2016	v. 15, n. 1/2, jan./dez. 2016
	v. 15, n. especial, jul./dez. 2016
2017	v. 16, n. 1, jan./jun. 2017
	v. 16, n. 2, jul./dez. 2017
2018	v. 17, n. 1, jan./jun. 2018
	v. 17, n. 2, jul./dez. 2018
2019	v. 18, n. 1, jan./jun. 2019
	v. 18, n. 2, jul./dez. 2019
2020	v. 19, n. 1, jan./jun. 2020
	v. 19, n. 2, jul./dez. 2020
2021	v. 20, n. 1, jan./jun. 2021
	v. 20, n. 2, jul./dez. 2021
2022	v. 21, n. 1, jan./jun. 2022
	v. 21, n. 2, jul./dez. 2022
2023	v. 22, n. 1, jan./jun. 2023
	v. 22, n. 2, jul./dez. 2023
2024	v. 23, n. 1, jan./jun. 2024

Fonte: Elaborado pela autora.

Ressalta-se, que mesmo apresentando no site e na Política Editorial a informação de que adota a modalidade de publicação contínua, o que existe de fato é a submissão contínua, ou seja, em qualquer período do ano o autor pode enviar o seu original. Portanto, a Revista ainda não possui publicação contínua, já que este processo consiste em receber o trabalho e publicar independente do mês e da quantidade de trabalhos recebidos até fechar o número necessário dentro da periodicidade do periódico.

A Bibliomar, como já mencionado anteriormente, possui uma configuração das equipes que se renovam a cada semestre, o que acaba dificultando o processo de publicação contínua, pois esta etapa exige que a revista receba o material a ser publicado e seja encaminhado para a comissão responsável por normalizar, editar e publicar. Logo, verifica-se que informam um procedimento que ainda não seguem.

Pode-se observar que esta informação é comprovada nas datas das próprias publicações quando uma edição é lançada (ver quadro 11). Pois mesmo que os artigos sejam aprovados antes, são todos publicados ao mesmo tempo. No entanto, em atendimento ao sétimo critério, a revista publica artigos de caráter acadêmico

científico, inéditos e significativos, voltados para sua linha editorial em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Museologia, Arquivologia e Gestão da Informação).

Entende-se, portanto, que os quatro documentos dão ênfase à periodicidade. Sendo para a Scielo Brasil e para a Qualis Periódicos um dos critérios para a indexação com a adoção da forma de publicação contínua. Embora a Revista Bibliomar atualmente por conta das renovações que ocorrem a cada semestre nas suas comissões com a introdução de novos membros/discentes na disciplina Política Editorial, recomenda-se pensar em uma configuração que mesmo com as alterações que ocorrem durante o ano possibilitem a publicação contínua, pois, dessa forma o periódico além de atender as recomendações dos manuais, ganhará maior visibilidade e possíveis novos pesquisadores interessados na submissão de seus trabalhos.

No que dispõe ao oitavo critério, as Boas Práticas de Publicação Científica do Manual ANPAD informa que deve ser apresentado, no início de cada artigo: título, resumo e palavras-chave, no(s) idioma(s) em que for oferecido o texto e em inglês; e os nomes dos autores, com a respectiva afiliação institucional. No que se refere à apresentação dos artigos, a NBR 6021 recomenda seguir conforme a ABNT NBR 6022: Informação e Documentação: artigo em publicação periódica científica impressa, como já citado anteriormente no sexto critério.

Nos critérios da Scielo e no Relatório do Qualis Periódicos os manuais não abordam especificamente a forma como os artigos ou trabalhos devem estar organizados, como exemplificado acima, porém, recomendam que todo o conteúdo das obras estejam conforme as normas bibliográficas.

Tendo em vista as configurações recomendadas pelo Manual ANPAD do oitavo e do nono critério, sendo este o último requisito mínimo, recomenda-se informar o endereço físico ou eletrônico de pelo menos um dos autores. Este critério também é item obrigatório para a Scielo que informa a necessidade de apresentar o endereço do autor ou dos autores da obra de forma separada onde pode ser incluído ao final do artigo. Assim como para o Qualis Periódicos que dispõe no relatório a obrigatoriedade da identificação dos autores que devem ter seu endereço eletrônico indicado no referido trabalho. Já para a Norma 6021 está recomendação não aparece no documento.

Dessa forma, foram analisados três artigos de cada edição do período de 2015 a 2024 e constatou-se que do v. 14, n. 2, jul./dez. 2015 ao v. 23, n. 1, jan./jun. 2024 constam todos os elementos indicados no oitavo critério. No entanto, na análise

pode observar-se que o v. 15, n. especial, jul./dez. 2016 apenas não apresenta o título em inglês, mas inclui todos os outros elementos e somente a partir da edição do v. 15, n. 1/2, jan./dez. 2016 começam a incluir o endereço eletrônico dos autores. Porém, dos onze artigos que foram publicados e analisados deste número, apenas cinco dos trabalhos constam o e-mail dos autores. Logo, constata-se uma falta de padronização na inclusão desta informação. Já nas edições posteriores até a sua última publicação verifica-se a adequação desta recomendação.

Entretanto, verifica-se somente uma padronização a partir do v. 16, n. 1, jan./jun. 2017 até o v. 23, n. 1, jan./jun. 2024 de todos os elementos indicados. Cabe ressaltar que também houve mudanças na localização dentro dos artigos da configuração dos títulos, resumos e palavras-chave em inglês que vinham ao final do artigo até a última edição do ano de 2017.

Já a partir do ano de 2018 essa padronização aparece no início de todos os artigos que até o ano de 2024 permaneceram inalterados. Destaca-se que durante a transição do formato digital para o eletrônico, mais especificamente entre o período de 2015 a 2017, a revista passava por uma adequação quanto às recomendações. O que demandou à editora na época o estudo e entendimento das configurações necessárias para o periódico. A partir de 2018 essa estrutura e adaptações começam a aparecer.

Desse modo, o que se observa é que existe uma necessidade de apresentar uma uniformização e padronização dos trabalhos para que o conteúdo das informações não sejam dispostas de qualquer forma, o que dificultaria até mesmo a sua recuperação e fugiria dos padrões de qualidade recomendados pelos manuais, sendo esta uma concordância entre todos os quatro documentos.

Isto posto, seguir os requisitos mínimos possibilita gerir bem os periódicos, bem como disponibilizar de forma organizada as edições e publicações. Além do benefício para ambas as partes, tanto para a Equipe Editorial que facilita a indexação em bases de informação reconhecidas como a exemplo da Scielo Brasil, adequando-se as configurações para atingir uma padronização, a uniformização, a qualidade e rigor obrigatórios para revistas com o padrão de qualidade elevados como para os autores/pesquisadores que buscam por periódicos qualificados para submissão de seus trabalhos que também se beneficiam, pois, terem seus trabalhos aprovados em revistas qualificadas agrega grandes valores às suas carreiras profissionais.

7 RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO, QUALIDADE E CONDUTA ÉTICA: segundo o Manual ANPAD

A maioria dos periódicos científicos almejam alcançar um padrão de qualidade, visibilidade e classificação pelo Qualis Periódicos, mas para atingir elevados padrões devem necessariamente adotar uma política que dê o suporte e estabeleça princípios, responsabilidades e organização para todos que compõe a Equipe Editorial dentre elas os comitês e as comissões, assim como para os autores. Essas diretrizes seguidas rigorosamente impedem que sejam publicados trabalhos de baixa qualidade e mantenham uma padronização.

Dessa forma, diante da primeira análise voltada somente para os requisitos mínimos, pode-se observar os elementos indicados para a etapa de configuração da revista. Ressalta-se, que o Manual da ANPAD também estabelece além destas exigências, recomendações ou normas para a política de divulgação, de qualidade e de conduta ética, conforme destacado no Quadro 12:

Quadro 12- Critérios de Boas Práticas de Publicação Científica

1	Adoção de um sistema de gerenciamento eletrônico para o processo editorial. Recomenda-se o uso do OJS (<i>Open Journal Systems</i>).
2	Celeridade do processo de editoração: até 30 dias, para comunicar aos autores o resultado da revisão de admissão (<i>desk review</i>) e até 120 dias, para o encaminhamento aos autores do primeiro parecer de cada um dos revisores, no caso dos manuscritos que tenham sido aceitos no <i>desk review</i> .
3	Acesso <i>online</i> sob a Licença <i>Creative Commons</i> .
4	Inclusão, na página inicial de cada artigo, da legenda bibliográfica completa, das informações completas acerca de direitos de cópia e do histórico de tramitação editorial (datas de recebimento, reformulação, aceitação e disponibilização no site).
5	Inclusão, no rodapé de todas as páginas, da legenda bibliográfica resumida (nome do periódico, volume, paginação do artigo) e do logo adequado da licença <i>creative commons</i> , caso esta seja adotada; e, no topo das páginas, alternadamente, os nomes dos autores e o título do trabalho.
6	Processo editorial compartilhado entre pesquisadores e docentes pertencentes a diversas instituições, de modo a evitar o periódico-proprietário, isto é, produzido majoritariamente por pessoas vinculadas a uma instituição específica.
7	Não devem ser publicados artigos de autoria do editor científico ou editor-geral, também chamado, de editor, e de editores associados, mesmo que esta autoria seja compartilhada com outros autores.
8	Não deve ser publicado, no mesmo ano, mais de um artigo de um autor, independentemente da posição deste na autoria do texto.
9	No caso de publicação de artigo de autoria de dirigentes das instituições mantenedoras do periódico ou de quaisquer dos integrantes do Comitê de Política Editorial ou do Corpo Editorial Científico, deve ser especificado claramente, na peça editorial que apresenta o respectivo número do periódico, como ocorreu a avaliação do manuscrito, ressaltando a independência e a isenção do respectivo processo.

10	A cada ano, a fração de artigos originários de uma determinada instituição (isto é, com pelo menos um autor, docente ou discente, a ela vinculado) não deve exceder 15% do total de artigos publicados.
11	Clara definição dos requisitos e processos de escolha e dos papéis/responsabilidades do editor-geral e dos editores associados (se houver), dos integrantes do Comitê de Política Editorial e do Corpo Editorial Científico, incluindo prazos de mandato e possibilidade de recondução.

Fonte: Adaptado do Manual ANPAD (2010).

Estes itens tem o objetivo de apresentar as configurações dos requisitos mínimos voltados para a parte técnica que todo periódico científico deve adotar no seu processo editorial que estão dispostos e descritos nas seções abaixo.

7.1 Sistema de Gerenciamento Eletrônico

Segundo o Manual ANPAD para uma boa prática editorial é necessário fazer uso de um “Sistema de Gerenciamento Eletrônico”, o que possibilita a padronização, a uniformidade, além da agilidade, transparência e rastreabilidade. Desse modo, recomenda o uso do *Open Journal Systems* (OJS). Desenvolvido pelo *Public Knowledge Project* (PKP), é um *software* utilizado para elaboração e gestão de publicações periódicas eletrônicas.

Os processos editoriais realizados por meio do OJS apresentam o aprimoramento da qualidade do periódico, como também acelera o fluxo de informações. Outro benefício da utilização do *software* é a possibilidade de disseminação, divulgação e preservação das publicações de revistas brasileiras (Governo Federal, 2021).

A adoção de um Sistema de Gerenciamento Eletrônico é parte essencial para a configuração do periódico. Com base nessa recomendação e mediante a informação que se encontra no editorial da edição do v. 18, n. 2, jul./dez., nota-se que somente a partir do ano de 2019 a Equipe Editorial da revista começa a utilizar o gerenciamento eletrônico que segundo a Revista Bibliomar (2019, p. 6),

[...] visando melhorar a qualidade do processo editorial, utilizamos, pela primeira vez, o gerenciamento eletrônico no processo editorial, o que assegurou a padronização, uniformidade, agilidade e transparência em todas as atividades.

Destaca-se que na Resolução nº 1890-CONSEPE, 28 de junho de 2019 a qual estabelece as normas para a inclusão e permanência de periódicos no Portal de Periódicos Eletrônicos da UFMA onde a Bibliomar se encontra atualmente integrada, utiliza e recomenda a utilização do *software Open Journal Systems*. Atualmente na

versão 3.2.1.4 a Bibliomar sinaliza no canto inferior direito em seu portal na *web*, como verifica-se na Figura 3, o uso do sistema para as configurações das informações que integram a revista.

Figura 3 - Logo OJS



Fonte: Portal na *web* da Revista Bibliomar.

Cabe destacar que mesmo com a adoção de um Sistema de Gerenciamento Eletrônico é necessário ter uma Equipe Editorial composta por integrantes que possuam conhecimento na área para gerir de forma eficiente os processos de publicação e dar suporte sempre que necessário aos membros das comissões. Como encontra-se vinculada ao Portal de Periódicos da UFMA que é composto tanto por bibliotecários como também por profissionais da área de Tecnologia da Informação, espera-se que os mesmos prestem o suporte sempre que necessário.

Portanto, em relação à primeira recomendação, a Revista Bibliomar por meio do Portal de Periódicos Eletrônicos da UFMA atende a adoção de um Sistema de Gerenciamento Eletrônico para o processo editorial, facilitando todos os procedimentos de tramitação das submissões, nas avaliações, correções e publicações, caracterizando este elemento como um dos pontos fortes da Bibliomar.

7.2 Prazos de submissão

Para as recomendações no processo de editoração, o Manual ANPAD aponta a importância na agilidade relacionada aos prazos que necessariamente precisam estar pré-estabelecidos. Assim, define os limites máximos à data de submissão de até 30 dias, para o retorno do resultado da revisão de admissão, o *desk review*, que consiste nas análises preliminares realizadas pelos editores que devem informar se o trabalho passará pelo processo de revisão. E o prazo de até 120 dias, para encaminhar aos autores o parecer de todos os revisores dos trabalhos que tenham sido aprovados.

Em relação a essa recomendação, a Revista Bibliomar dispõe na sua Política Editorial as instruções aos autores que contemplam na seção da “apreciação dos pareceristas” os prazos após o trabalho ser submetido que são definidos da seguinte forma: o período para informar aos autores da aprovação ou não, é de até 30 dias de antecedência da publicação do número. Aos trabalhos aprovados e que necessitem de alterações, os autores serão notificados e terão um prazo de até 15 dias para realização das correções.

Entende-se, que o comprometimento com relação aos prazos demonstra a responsabilidade para com os autores que após a submissão dos seus trabalhos esperam pelo parecer dos revisores. Este item também influencia na periodicidade da publicação de uma revista, pois deve seguir os prazos estabelecidos para que não ocorram atrasos nas edições.

Como já mencionado anteriormente a Bibliomar possui apenas as submissões contínuas. Destaca-se que mesmo com as renovações das comissões a cada semestre, se a Equipe Editorial tem por objetivo adequar-se cada vez mais aos critérios de indexação, terá que se adaptar para atingir elevado potencial de um periódico com estrato de qualificação superior ao atual. Dessa forma, recomenda-se a adoção da publicação contínua para que a revista atenda aos critérios de periodicidade estabelecidos nos manuais que visam orientar os periódicos, garantindo a visibilidade e credibilidade das suas publicações.

7.3 Licença *Creative Commons*

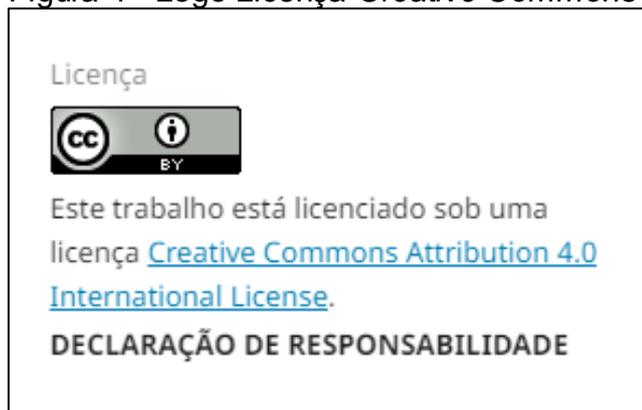
Aos aspectos relacionados ao acesso, o documento da ANPAD orienta que todos os trabalhos aceitos devem estar disponíveis para o acesso *online*, irrestrito e livre para os leitores. À vista disso, a indicação é a utilização da Licença *Creative Commons* na modalidade atribuição, uso não comercial e compartilhamento pela mesma licença. Esta licença é adotada na Revista Bibliomar, a partir do v. 18, n. 2, jul./dez. 2019, na qual indica que como uma das mudanças no periódico

[...] está a adoção da Licença *Creative Commons* - Atribuição 4.0 Internacional, que permite ao leitor, além de outras possibilidades, compartilhar, copiar, imprimir ou redistribuir o material em qualquer suporte ou formato; e adaptar ou remixar o material desde que os direitos morais do autor sejam preservados (Revista Bibliomar, p. 5, 2019).

Contudo, no período de 2015 (v. 14, n. 2, jul./dez. 2015) a 2021 (v. 20, n. 2, jul./dez. 2021) não consta nenhuma informação nas páginas de apresentação dos artigos e nas páginas dos trabalhos publicados sobre a adoção da Licença *Creative*

Commons. Esta indicação somente começa a ser incluída a partir do ano de 2022 no v. 21, n. 1, jan./jun. nas páginas de apresentação de cada artigo no portal da Revista Bibliomar, seguindo essa mesma padronização nas edições seguintes. Na Figura 4 é possível visualizar como é disposta a logo e os informativos referentes aos direitos autorais dos trabalhos publicados no referido periódico.

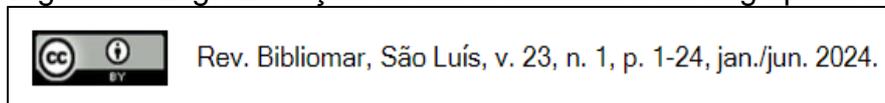
Figura 4 - Logo Licença *Creative Commons*



Fonte: Portal na *web* da Revista Bibliomar.

Porém, percebe-se uma uniformização somente a partir do ano de 2022 até o primeiro semestre de 2024. Nesse viés, cabe ressaltar uma importante configuração que a Revista Bibliomar começou a adotar na sua última edição no v. 23, n. 1, jan./jun. 2024, o uso da logo da Licença *Creative Commons* na primeira página de todos os trabalhos publicados como apresentado na Figura 5. Logo, demonstra a preocupação em além de adequar-se aos elementos que exigem os Manuais de Boas Práticas também passa segurança para os autores com o comprometimento na manutenção dos seus direitos autorais.

Figura 5 - Logo Licença *Creative Commons* em artigo publicado



Fonte: Portal na *web* da Revista Bibliomar.

Portanto, em relação ao critério de acesso ao conteúdo, percebe-se uma preocupação do periódico em fornecer os suportes essenciais ao tratamento da informação, bem como para a proteção dos direitos autorais, passando maior confiabilidade aos pesquisadores que desejam ter seus trabalhos publicados. Mas também visando a disseminação e divulgação dos seus conteúdos dentro das condutas éticas, demonstrando o compromisso e seriedade no desenvolvimento das suas atividades editoriais.

7.4 Legenda bibliográfica: direitos de cópia e do histórico de tramitação editorial

Ainda conforme a recomendação do Manual ANPAD também deve constar na página inicial de cada artigo uma legenda bibliográfica completa que contenha as informações acerca dos direitos de cópia e do histórico de tramitação editorial, como as datas de recebimento, reformulação, aceitação e disponibilização no site.

Em relação a recomendação citada, na análise da Revista Bibliomar entre o período de 2015 a 2024, verifica-se que acerca dos direitos de cópia dispõe nas páginas de apresentação de cada artigo publicado a ênfase aos Direitos de Publicação, mencionados sempre no canto inferior direito, onde constam as informações referentes ao compartilhamento, adaptação, atribuições, restrições e cópias, mas sem ainda fazer menção da Licença *Creative Commons*, entre os anos de 2015 a 2021. Somente a partir do v. 21, n. 1, jan./jun. 2022 começam a incluir a logo junto aos informativos de declaração de responsabilidade.

No que se refere ao histórico de tramitação editorial, do v. 14, n. 2, jul./dez. 2015 ao v. 17, n. 1, jan./jun. 2018 não consta nenhum informativo das datas de recebimento, reformulação e aceitação na página de apresentação ou nas páginas dos artigos publicados, incluem apenas a data de publicação no site. Somente a partir do segundo semestre de 2018 (v. 17, n. 2, jul./dez.), a revista começa a implementar esta informação disposta após as palavras-chave de cada resumo em língua estrangeira de todos os artigos publicados. As datas de submissão e aprovação seguem o mesmo padrão até o v. 23, n. 1, jan./jun. 2024 que são apresentadas da seguinte forma:

Figura 6 - Histórico de tramitação editorial

Submetido em: 14 jun. 2023	Aprovado em: 06 dez. 2023
----------------------------	---------------------------

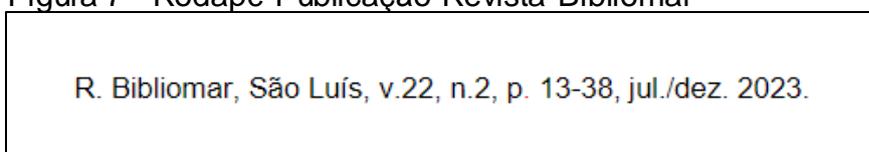
Fonte: Portal na *web* da Revista Bibliomar (2024).

Verifica-se, portanto, que ainda existem algumas lacunas que devem ser observadas e adaptadas conforme as exigências dos manuais, como a exemplo do histórico de tramitação editorial onde a revista não apresenta as datas de reformulação das obras publicadas. Recomenda-se, a correção dessas falhas para que se possa realizar o processo da forma mais transparente possível passando maior credibilidade e segurança aos autores.

7.5 Legenda bibliográfica: nome do periódico, volume, paginação do artigo e logo Licença *Creative Commons*

Outra recomendação do manual é que contenha no rodapé de todas as páginas a legenda bibliográfica com o nome do periódico, volume e paginação do artigo. A esta recomendação a revista possui uma padronização e uniformização quanto à disposição em todos os artigos publicados nas edições de 2015 a 2024 incluindo todos os elementos citados nesta seção e como podem ser visualizados na Figura 7.

Figura 7 - Rodapé Publicação Revista Bibliomar



Fonte: Portal na *web* da Revista Bibliomar (2024).

O Manual ANPAD também recomenda mais duas padronizações na apresentação dos trabalhos. O uso da logo da Licença *Creative Commons* e a inclusão no topo das páginas de forma alternada, os nomes dos autores e o título do trabalho. Com relação ao uso do logo da Licença *Creative Commons*, tendo em vista que o periódico começou a adotá-la a partir do ano de 2019, foi somente no ano de 2024 (v. 23, n. 1, jan./jun. 2024) que a revista passou a incluir a logo na primeira página de todos os artigos publicados. Dessa forma, observa-se um espaço de tempo muito grande, constatando um total de cinco anos até a inserção desta informação.

Já para o segundo elemento foi realizada a análise nos trabalhos publicados de 2015 a 2024 e verificou-se que a revista ainda não adota a configuração de disposição de forma alternada dos nomes dos autores e do título do trabalho em suas publicações, informando apenas na primeira página do artigo a autoria da obra. Observa-se que a Equipe Editorial da Revista Bibliomar deve atentar-se aos elementos que podem facilmente serem incluídos ou adaptados em suas publicações como a exemplo do item anteriormente citado.

7.6 Processo editorial compartilhado entre pesquisadores e docentes

Sobre a composição da equipe do processo editorial, recomenda o compartilhamento entre pesquisadores e docentes pertencentes a diversas instituições, de modo a evitar o periódico-proprietário, isto é, produzido por pessoas

vinculadas a uma instituição específica, no caso da Revista Bibliomar, a Universidade Federal do Maranhão.

Atualmente a Revista é composta pelo Conselho Editorial, a Comissão Científica e as comissões que são integradas pelos discentes. Além dos alunos do 5º período da disciplina Política Editorial, professores de diversas afiliações institucionais como destacado no Quadro 13 também constituem a Equipe Editorial.

Quadro 13 - Afiliação institucional do Conselho Editorial e Comissão Científica

Instituição	Sigla	Estado	Região	País	Total
Universidade Estadual Paulista	UNESP	São Paulo	Sudeste	Brasil	7
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	Brasília, DF	Centro-Oeste	Brasil	1
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Minas Gerais	Sudeste	Brasil	2
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	Pernambuco	Nordeste	Brasil	2
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UFRJ	Rio de Janeiro	Sudeste	Brasil	4
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	Maranhão	Nordeste	Brasil	19
Universidade Federal de Goiás	UFG	Goiás	Centro-Oeste	Brasil	2
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	IBICT	Brasília, DF	Centro-Oeste	Brasil	1
Universidade de Brasília	UnB	Distrito Federal	Centro-Oeste	Brasil	3
Fundação Dom Cabral	FDC	Minas Gerais	Sudeste	Brasil	1
Universidade de Aveiro	UA	Aveiro	Centro-Oeste	Portugal	1
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	São Paulo	Sudeste	Brasil	1
Biblioteca Pública Martinico Prado	DTI/PMA	São Paulo	Sudeste	Brasil	1
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	Alagoas	Nordeste	Brasil	1
Universidade Federal do Pará	UFPA	Pará	Norte	Brasil	1
Universidade Federal Fluminense	UFF	Rio de Janeiro	Sudeste	Brasil	1
Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUCRJ	Rio de Janeiro	Sudeste	Brasil	1
México	Não localizado	Não localizado	Não localizado	México	1
Universidade do Estado	UERJ	Rio de	Sudeste	Brasil	1

do Rio de Janeiro		Janeiro			
Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	Pará	Norte	Brasil	1
Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	São Paulo	Sudeste	Brasil	1
Universidade Federal do Cariri	UFCA	Ceará	Nordeste	Brasil	1
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	Paraíba	Nordeste	Brasil	1

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota-se no Quadro 13 que a maior parte dos docentes possuem afiliação institucional à Universidade Federal do Maranhão por ser esta a instituição pela qual a Revista Bibliomar está diretamente ligada e faz parte da disciplina Política Editorial. Contam com o apoio dos professores do Curso de Biblioteconomia a cada semestre, pois alguns participam como pareceristas contribuindo para a seleção dos trabalhos. Observa-se também a incorporação nas comissões de docentes e pesquisadores com formação nas áreas da Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e áreas correlatas. Logo, percebe-se o interesse na inclusão de profissionais qualificados como destacado no seu editorial do v. 21, n. 1, jan./jun. 2021, onde sinaliza que

[...] um número significativo possui afiliação ou se constitui em mestres(as) e doutor(as), de acordo com o levantamento realizado pelos discentes da disciplina Política Editorial (2022) nas publicações da Bibliomar do v. 15, n.1 até a edição mais recente v. 20, n. 2. O que nos possibilita inferir que desde sua criação, a Bibliomar intensifica a qualificação, em sua configuração como um canal científico de divulgação (Revista Bibliomar, 2021, p. 9).

Portanto, pode se afirmar que a maioria dos pesquisadores possuem vínculo com Programas de Pós-Graduação, elemento que gera uma qualificação e efetivação nas Boas Práticas de Publicação Científica da Bibliomar de forma a colaborar para que torne o processo de acesso à informação mais democrático e amplo para todos de dentro e fora da universidade.

Nessa orientação, outra recomendação é que não devem ser publicados artigos de autoria do editor científico ou editor-geral independente se a autoria é compartilhada com outros autores, bem como não deve ser publicado, no mesmo ano, mais de um artigo de um autor, independentemente da posição deste na autoria do texto.

Porém, o Manual ANPAD sinaliza que nos casos das publicações de artigos em que a autoria seja dos responsáveis pela instituição de ensino do periódico ou de quaisquer dos integrantes do Comitê de Política Editorial ou do Corpo Editorial

Científico, deverá ser especificado detalhadamente na edição em que for publicada a forma como ocorreu a avaliação da obra, devendo ressaltar a independência e a isenção dos mesmos no processo.

Entende-se, portanto, que estas recomendações não necessitam estar explicitamente na Política Editorial, mas que é uma observação que deve ser seguida, principalmente por se tratar de questões éticas. Logo, também não se encontra nenhuma menção a estes processos na Política Editorial da Revista Bibliomar. Mas o ideal é que sigam conforme mencionado no manual para que atendam às Boas Práticas de Publicação.

Em suma, o Manual ANPAD estabelece o percentual de até 15% para a publicação de artigos originados da instituição em que o periódico é vinculado. No entanto, a Revista Bibliomar estabelece que os artigos de autoria externa devem conter o percentual de 30% nas publicações.

De acordo com o documento da ANPAD também deve fornecer sempre uma linguagem clara e de fácil entendimento sobre todos os requisitos, incluindo o processo na escolha de toda a Equipe Editorial, assim como o editor e todos os integrantes dos comitês e comissões e aos períodos de mandatos, mantendo sempre que necessário à recondução dos mesmos.

Seguir as recomendações dos Manuais de Publicação Científica que tornam-se documentos indispensáveis para consulta e orientação para qualquer periódico independente da sua natureza, entre estes manuais pode-se citar a exemplo da ABNT Norma 6021, os Critérios da Scielo Brasil e as Recomendações do Qualis Periódicos que serviram como base para a análise descritiva em conjunto com a Revista Bibliomar, servem como guias para dar suporte e possibilitar a qualificação de revistas periódicas científicas. Além de definir os critérios para a sua indexação em bases de dados informacionais, o periódico ganha maior visibilidade e permite que os autores venham a ter seus trabalhos publicados e também contribui para a qualificação da carreira dos mesmos.

8 CONCLUSÃO

Desde os primórdios da civilização a comunicação sempre esteve presente. Cabe ressaltar que independente do suporte ou método que era utilizado para a realização da troca de informações é parte indispensável na convivência humana. Tendo em vista os dois principais e essenciais que se constituem inicialmente somente pela fala e a escrita com os avanços ao longo dos séculos das grandes invenções, como a exemplo da máquina tipográfica, começaram a oficializar os meios de comunicação. A princípio esse compartilhamento surge através das cartas escritas entre os pesquisadores das ideias que vinham se desenvolvendo e dos avanços da ciência. Mas ainda mantendo os encontros ou reuniões presenciais para discutirem temas de interesse em comum.

Neste contexto de explosão informacional, encontra-se a Comunicação Científica a qual engloba os chamados canais de comunicação que são classificados como formais e informais que se diferem principalmente no que tange ao seu suporte, a formalização e celeridade. Dessa forma, o desenvolvimento da presente pesquisa trata da Revista Bibliomar, uma revista científica que é um meio de comunicação formal que se consolidou como um canal para a divulgação e publicação de trabalhos científicos acadêmicos e de pesquisadores da Ciência da Informação. Logo, pode-se afirmar que a Revista Bibliomar é um canal de comunicação científica formal por se constituir em um periódico científico.

Essa investigação teve como eixo central a Revista Bibliomar à luz das Boas Práticas de Publicação Científica, para identificar as adoções das configurações recomendadas pelos Manuais de Boas Práticas, assim como as contribuições do exercício da prática editorial na formação dos alunos do Curso de Biblioteconomia da UFMA e vislumbrar aspectos importantes na área de editoração a partir da análise descritiva tendo como parâmetro o Manual ANPAD em conjunto com a ABNT NBR 6021, os Critérios Scielo Brasil e o Relatório do Qualis Periódicos documentos oficiais que definem os requisitos e critérios para uma boa prática editorial.

Desse modo, para alcançar o objetivo que consistiu em analisar até que ponto a Política Editorial da Revista Bibliomar adota os requisitos mínimos recomendados para publicação de Revistas Científicas, investigando a prática editorial à luz dos Manuais de Publicação Científica, definiu-se três objetivos específicos. Sendo o primeiro, analisar a política editorial em comparação com os manuais que estabelecem recomendações e critérios.

Dessa forma, verificou-se que com base no recorte temporal do período de 2015 a 2024, justifica-se a escolha desse período para análise por partir do ano em que a Revista Bibliomar começou a ser publicada somente em formato eletrônico, nota-se que o periódico tem apresentado avanços mesmo que a passos lentos, pois, além do gerenciamento de uma revista ser uma tarefa exaustiva, as comissões compostas pelos discentes estão sempre se renovando.

No entanto, é possível observar os esforços para a adesão quanto às adequações necessárias a um periódico, como também a estrutura em seu portal na *web*. Assim como na avaliação, configuração e publicação dos artigos. Observa-se também em suas últimas edições a inclusão de algumas recomendações aos requisitos e atenção aos processos editoriais.

O segundo objetivo, que consistiu em identificar as lacunas da Política Editorial da Revista Bibliomar, possibilitou verificar uma falta de padronização, uniformização e falta de transparência nas avaliações com relação à inexistência de uma lista informando quem foram os pareceristas de cada edição. Logo, algumas informações não são apresentadas de forma clara, ou seja, mesmo que conste, não estão corretamente sinalizadas.

Outro fator negativo diz respeito à falta das datas de atualizações da Política Editorial que inclui tanto as normas e requisitos para a submissão dos trabalhos como a composição da Equipe Editorial que como bem sinalizado e é uma das recomendações da Scielo Brasil deve ser revisado e atualizado pelo periódico no mínimo uma vez ao ano. Outro ponto negativo se dá pelo processo contínuo de submissões, a Revista Bibliomar ainda não segue o padrão de periódicos com o formato de publicação contínua, apenas submissões contínuas.

No terceiro objetivo da pesquisa buscou apresentar as divergências, comparativos e ações do processo de publicação. Entre estas ações a Revista Bibliomar, em meio a falta de recursos financeiros, começou a adotar o formato eletrônico de publicações, porém, mantendo a mesma estrutura do seu formato anterior, o impresso. O que demonstra uma adequação às necessidades e comprometimento com a continuação de suas publicações. Porém, também foram identificadas duas grandes divergências, a primeira diz respeito à informação que a revista possui publicação contínua, quando na verdade possui apenas a submissão contínua, como já sinalizado ser um ponto negativo. E a desatenção na devida identificação do número do ISSN nas capas das edições publicadas, nota-se o uso

dos dois Números Internacionais do formato impresso como do formato eletrônico da revista. O que acaba também levando a uma duplicação, o que não é recomendado, pois dificulta a recuperação do periódico em bases indexadoras. Entretanto, mesmo com essas adversidades a revista possui um “olhar” de crescimento, como pode-se verificar em seus editoriais o desejo de torná-la uma revista científica de qualidade.

A análise permitiu concluir que a Revista Bibliomar não atende completamente a todas as recomendações, necessitando certas adequações para que sigam rigorosamente o que dispõe nos documentos, mas percebe-se um esforço da Equipe Editorial do periódico em trabalhar para potencializar com vistas a qualidade e adequação às recomendações e o cumprimento aos princípios das Boas Práticas de Publicação Científica.

Como as comissões estão sempre se renovando a cada semestre, sugere-se a criação de um manual interno com um compilado de todas as configurações de acordo com os Manuais de Boas Práticas, seguindo apenas uma padronização em todas as suas edições, bem como para os elementos que devem constar no portal como para as páginas de apresentação das obras e os próprios trabalhos que incluem além de artigos, os ensaios, resenhas, entrevistas e relatos de experiência e a devida identificação do número do ISSN evitando-se assim sua duplicação. Outra característica importante a ser adotada é a publicação contínua.

Neste contexto, identificamos que a Revista Bibliomar no seu processo editorial implementa em boa parte as Boas Práticas de Publicação Científica. A revista foi criada com o objetivo de ser apenas uma prática da disciplina Política Editorial que com o seu desenvolvimento foi adotando os moldes de um periódico científico, sendo adotados a longo prazo como vem sendo realizado durante esses 20 anos de existência, o que levou a sua indexação em portais reconhecidos e a classificação estratos B2 pelo Qualis Periódicos, o que significa que a Bibliomar está se adequando as Boas Práticas. Quando ela inicia as publicações em formato eletrônico ela já vem com uma base do que se exige nos Manuais de Publicação Científica, mas ainda necessitando a adoção da revisão e inclusão de alguns elementos importantes para atender aos padrões de qualidade de um canal de comunicação científica.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Karen Santos-d'. A comunicação científica em movimento: das origens aos debates atuais. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, São Paulo, vol. 15, publicação contínua, p. e02103, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2021.v15.e02103>. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/11468>. Acesso em: 12 mar. 2024.
- ALMEIDA, Eduardo Henrique. Diferença entre revista indexada e revista registrada. [S. l.]: **Perito Med**, 20 jun. 2011. Disponível em: <http://www.perito.med.br/2011/06/diferenca-entre-revista-indexada-e.html>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6021**: informação e documentação: publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. **Boas Práticas da Publicação Científica**: um manual para autores, revisores, editores e integrantes de Corpos Editoriais. Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.
- ANDREOLA, Balduino Antonio. Por uma pedagogia das grandes urgências planetárias. **Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 2, p. 313-330, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3050/2063>. Acesso em: 30 jun. 2024.
- BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 1–12, 2010. DOI: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2010v15n1espp1>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585>. Acesso em: 18 maio 2024
- BRASIL. **Obter o código ISSN (CBISSN)**. Brasília, DF: Ciência e Tecnologia, 5 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/centro-brasileiro-do-issn>. Acesso em: 22 maio 2024.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **OJS**: Open Journal Systems. Brasília, DF: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/ibict/pt-br/assuntos/tecnologias-para-a-informacao/ojs>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório do Qualis Periódicos**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/relatorio-qualis-comunicacao-informacao-pdf>. Acesso em: 19 jun. 2024.

CENEDESI JÚNIOR, Mario Angelo; DUTRA, Elessandro Ferreira; COLARES, Francirlúcyá Silva; RODRIGUES, Sandra Helena Brito; MELLO, Willian Paschoalim de; VOULLAT, Silvia Elena. A ética na comunicação científica: da investigação à publicação. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [s. l.], v. 7, n. 10, p. 745–763, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i10.2614>. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2614>. Acesso em: 3 set. 2023.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Comunicação científica: reflexões sobre o conceito. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 25, n. 3, p. 89–104, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/23109>. Acesso em: 15 jan. 2024.

COSTA, Luciana Ferreira da. **Usabilidade do portal de periódicos da Capes**. Orientadora: Francisca Arruda Ramalho. 2008. 236 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/37422758/Usabilidade_do_Portal_de_Per%C3%B3dicos_da_CAPES. Acesso em: 2 mar. 2024.

CRISTOVÃO, Heloísa Tardin. Da comunicação informal a comunicação formal: identificação da frente de pesquisa através de filtros de qualidade. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 8, n. 1, p. 3-36, 1979. DOI: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v8i1.135>. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/135>. Acesso em: 7 mar. 2024.

CHAVES, Eduardo. O que é ANPAD? O que é o teste ANPAD?. [S.l.]: **Eduardo Chaves**: ensino personalizado, 16 mar. 2021. Disponível em: <https://cursoeduardochaves.maestrus.com/ver/artigo/o-que-e-anpad-o-que-e-o-teste-anpad/>. Acesso em: 17 maio 2024.

FERREIRA, Manuel Aníbal Silva Portugal Vasconcelos; CANELA, Renata; PINTO, Cláudia Frias. O Processo Editorial nos Periódicos e Dicas para a Publicação. **Revista de Gestão e Secretariado**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 01-22, maio/ago. 2014. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v5i2.307>. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/307>. Acesso em: 15 fev. 2024.

FERREIRA, Manuel Aníbal Silva Portugal Vasconcelos. O Processo Editorial: submissão à rejeição (ou aceitação). **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, [S. l.], v. 3, p. 01-11, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5585/ijsm.v12i3.2042>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/riae/article/view/15302>. Acesso em: 23 mar. 2024.

FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga; KRZYZANOWSKI, Rosaly Favero. Periódicos científicos: critérios de qualidade. **SciELO Brazil**, São Paulo, n. 17, maio 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-74912003000500007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pob/a/X4V5y47C73v4v3b7CJ4LkFj/?lang=pt>. Acesso em: 8 fev. 2024.

FORTUNA, Volnei. A relação teoria e prática na educação em freire. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, v. 1, n. 2, p. 64-72, out./dez. 2015. Disponível em:

<https://seer.atitus.edu.br/index.php/REBES/article/view/1056/746>. Acesso em: 22 maio 2024.

FREITAS, Maria Helena de Almeida. Avaliação da produção científica: considerações sobre alguns critérios. **Psicol. Esc. Educ.** [s. l.], v. 2, n. 3, 1998, p. 1-18. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/fjsKv4zLz3VcN3txCpkHhwS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KRZYZANOWSKI, Rosaly Favero; KRIEGER, Eduardo Moacyr; DUARTE, Francisco Alberto de Moura. Programa de apoio às revistas científicas para a Fapesp. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 20, n. 2, 137-150, jul./dez. 1991. DOI: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v20i2.349>. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/349>. Acesso em: 22 abr. 2024.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. Cap. 1, p. 21-34. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/197553/mod_folder/content/0/fontes_de_informacao_para_pesquisadores_e_profissionais_parte_001.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 27 mar. 2024.

OLIVEIRA, Eurislândia Pereira de; SILVA, Sara Jordânia Reis. Bibliomar: o incentivo a produção científica. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, p. 1-11. 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/69747>. Acesso em: 8 dez. 2023.

PASSOS; Paula Caroline Schifino Jardim; PASSOS; Jaire Ederson; CAREGNATO, Sônia Elisa; SILVA, Tânia Luisa Koltermann da. Critérios de qualidade em periódicos científicos. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.28, n.2, p. 209-226, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/39101>. Acesso em: 6 jan. 2024.

ROSINHA, RAUL. Política editorial: aspectos a considerar. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 17, n. 2, p. 249–258, 1989. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/45151>. Acesso em: 19 maio 2024.

REVISTA BIBLIOMAR. Editorial. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 11, n.1, p. 7- 8, nov./mar. 2012. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/issue/view/542/126>. Acesso em: 9 jan. 2024.

REVISTA BIBLIOMAR. Editorial. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 17, n. 1, p. 5-7, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/9698/564>. Acesso em: 9 jan. 2024.

REVISTA BIBLIOMAR. Editorial. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 17, n. 2, p. 5-6, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/10424/6023>. Acesso em: 16 fev. 2024.

REVISTA BIBLIOMAR. Editorial. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 18, n. 2, p. 5-6, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/13157/7248>. Acesso em: 20 fev. 2024.

REVISTA BIBLIOMAR. Editorial. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 21, n. 1, p. 9-10, jan./jun. Disponível em: 2021. <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/19408/11085>. Acesso em: 2 mar. 2024.

REVISTA BIBLIOMAR. Editorial. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 21, n. 2, p. 8-10, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/20519/11486>. Acesso em: 13 mar. 2024.

REVISTA BIBLIOMAR. Editorial. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 23, n. 1, p. 1-24, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/21632/12711>. Acesso em: 18 ago. 2024.

RIBEIRO, Raimunda de Jesus Araujo. Comunicação da ciência na era da internet. *In*: RIBEIRO, Raimunda de Jesus Araujo. **Internacionalização e visibilidade da comunidade científica da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação (Brasil e Portugal)**. 2018. Tese (Multimídia em Educação), Universidade de Aveiro, Aveiro, 2018. p. 57.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE. **Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil**. São Paulo: Scielo Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/media/files/20220900-criterios-scielo-brasil.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. O Pesquisador e a Comunicação Científica. *In*: SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. Disponível em: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgcb/files/2011/03/Metodologia-da-Pesquisa-3a-edicao.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2023.

SILVA, Tarcísio Medeiros da; MEDEIROS, Gustavo Luís Bezerra de. Reformulação do projeto editorial da Revista Informação na Sociedade Contemporânea. **Pesquisa,**

Sociedade e Desenvolvimento, São Paulo, v. 10, n. 14, p. 5-19, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i14.22723>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22723>. Acesso em: 8 dez. 2023.

TARGINO, Maria das Graças. COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 1-27, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/326>. Acesso em: 12 nov. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Portal de Periódicos UFMA. **Resolução n° 1890-CONSEPE, de 28 de junho de 2019**. Institui o Portal de Periódicos Eletrônicos da Universidade Federal do Maranhão e estabelece normas para inclusão e permanência de periódicos nesse Portal. São Luís: Portal de Periódicos UFMA, 2019. Disponível em: <http://www.ufma.br/portaUFMA/arquivo/OUrsaLkeuV3NoPX.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2024.

VALOIS, Eliana Candeira; RAMOS, Marcos Gonçalves; RODRIGUES, Nilo Sérgio Silva; ESTEVÃO, Sílvia Ninita Ninita de Moura. Comunicação científica e usuários elementos de discussão. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 18, n. 1, p. 28-34, jan./jun. 1989. DOI: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v18i1.320>. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/320>. Acesso em: 11 dez. 2023.

VALENTIM, Marta Lúcia Pomim; PENNA, Polyana Gentil; FRANCO, Shirley Carvalhêdo. Histórico do periódico: Ciência da Informação, histórico do periódico do IBICT. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, abr. 2024. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/journal-history>. Acesso em: 19 jun. 2024.

APÊNDICE A - PLANILHA DE ANÁLISE

CRITÉRIOS	ANO	EDIÇÃO	OBSERVAÇÃO
Título em português e inglês	2015	v. 14, n. 2, jul./dez. 2015	Consta o título em português e inglês
Resumo em português e inglês			Consta resumo em português e inglês
Palavras-chave em português e inglês			Consta palavras-chave em português e inglês
Nomes dos autores			Consta o nome de todos os autores
Afiliação institucional			Consta a afiliação institucional no rodapé da primeira página
Endereço físico ou eletrônico de pelo menos um dos autores			Não consta o endereço físico ou eletrônico de nenhum dos autores
Título em português e inglês	2016	v. 15, n. 1/2, jan./dez. 2016	Consta o título em português e inglês
Resumo em português e inglês			Consta resumo em português e inglês
Palavras-chave em português e inglês			Consta palavras-chave em português e inglês
Nomes dos autores			Consta o nome de todos os autores
Afiliação institucional			Consta a afiliação institucional no rodapé da primeira página
Endereço físico ou eletrônico de pelo menos um dos autores			Não consta o endereço físico ou eletrônico de nenhum dos autores

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE B - PRINCIPAIS MUDANÇAS DA REVISTA BIBLIOMAR

Ano	Volume	Adoção/Mudanças
2016	v. 15, n. 1/2, jan./dez. 2016	Inclusão do endereço eletrônico dos autores.
2016	v. 15, n. especial, jul./dez.	Inclusão de todos os dados das organizações responsáveis pela publicação.
2017	v. 16, n. 1, jan./jun.	ISSN: começa a seguir o padrão da NBR 6021 que dispõe sobre a localização do Número Internacional na capa.
2017	v. 16, n. 2, jul./dez.	Apresentação de artigos conforme recomendação da ABNT NBR 6022 (2018).
2018	v. 17, n. 2, jul./dez.	Inclusão de todos os componentes da Equipe Editorial e afiliação institucional.
2018	v. 17, n. 2, jul./dez.	Inclusão das datas de submissão e aprovação dos artigos.
2019	v. 18, n. 1, jan./jun.	Definição da missão do periódico.
2019	v. 18, n. 2, jul./dez.	Adoção Licença Creative Commons.
2019	v. 18, n. 2, jul./dez.	Adoção e uso do gerenciamento eletrônico no processo editorial.
2022	v. 21, n. 1, jan./jun.	Inclusão a logo da Licença Creative Commons junto aos informativos de declaração de responsabilidade.
2024	v. 23, n. 1, jan./jun.	Uso da logo da Licença <i>Creative Commons</i> na primeira página de todos os trabalhos publicados.

Fonte: Elaborado pela autora.

**APÊNDICE C - REQUISITOS DOS MANUAIS DE BOAS PRÁTICAS DE
PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA**

MANUAIS	REQUISITOS
	ISSN
Manual ANPAD	<ul style="list-style-type: none"> • Elemento obrigatório; • Ter registro no ISSN (International Standard Serial Number– Número Internacional Padronizado para Publicações Seriadas).
NBR 6021	<ul style="list-style-type: none"> • Elemento obrigatório; • Deve constar sempre na primeira capa do periódico, colocado no canto superior direito, conforme a ABNT NBR 10525; • Deve constar nos elementos pré-textuais e nos elementos pós-textuais tanto para periódicos impressos quanto para periódicos eletrônicos na tela de abertura.
Scielo Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • Elemento obrigatório; • Identifica bibliograficamente o periódico; • O ISSN tanto da versão online como o ISSN da versão impressa devem constar como elementos bibliográficos.
Qualis Periódicos	<ul style="list-style-type: none"> • Elemento obrigatório; • ISSN deve claramente estar indicado na página inicial do site e ao longo de todos os arquivos; • Destaca não fazer o uso de mais de um ISSN evitando a dispersão de informações e citações.
Dados das organizações responsáveis pela publicação	
Manual ANPAD	<ul style="list-style-type: none"> • Informar, no sítio eletrônico e nas edições impressas (se houver), os dados das organizações responsáveis pela publicação.
NBR 6021	<ul style="list-style-type: none"> • Indicar os nomes pessoais ou institucionais e da natureza da participação intelectual, artística, técnica ou administrativa na elaboração da publicação.
Scielo Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar o nome da entidade ou entidades responsáveis legalmente pelo periódico.
Qualis Periódicos	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar os dados da instituição de publicação.
Missão do periódico, foco temático e qualidade	
Manual ANPAD	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar, no seu sítio eletrônico, a missão do periódico, incluindo seu foco temático e sua preocupação com a qualidade, e mencionando explicitamente a adoção de avaliação por pares na forma de <i>blind review</i>.
NBR 6021	<ul style="list-style-type: none"> • Na NBR 6021 nenhum destes itens são mencionados no documento.
Scielo Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • A missão do periódico deve estar associada ao avanço da pesquisa em uma disciplina, área temática, escola de pensamento, movimento social ou cultural. Quanto ao foco temático a Scielo Brasil indica que deve constar na missão do periódico. O processo de avaliação deve ser realizado por pares.
Qualis Periódicos	<ul style="list-style-type: none"> • Deve constar na Política Editorial de forma explícita a sua dimensão temática; • Deve ser incluído na política editorial uma política de detecção de plágio,

	os critérios de avaliação e realização da avaliação às cegas por pares.
Dados e afiliações da Equipe Editorial	
Manual ANPAD	• Informar os nomes completos e as respectivas afiliações institucionais do editor, também denominado editor-geral ou editor-chefe, dos editores associados (se houver), e de todos os integrantes do Comitê de Política Editorial e do Corpo Editorial Científico.
NBR 6021	• Elemento obrigatório; • A composição da equipe editorial e suas atividades no processo de avaliação dos manuscritos devem ser registradas e dispostas no periódico.
Scielo Brasil	• Elemento obrigatório; • A composição da equipe editorial e suas atividades no processo de avaliação dos manuscritos devem ser registradas e dispostas no periódico.
Qualis Periódicos	• Elemento obrigatório; • A composição da equipe editorial e suas atividades no processo de avaliação dos manuscritos devem ser registradas e dispostas no periódico.
Lista dos revisores do periódico no ano	
Manual ANPAD	• Publicar, anualmente, na página ou portal de internet, e no último número de cada volume, para periódicos impressos, a lista daqueles que atuaram como revisores do periódico no ano, sem, no entanto, estabelecer uma ligação entre revisores e os manuscritos revistos.
NBR 6021	• Não foi identificado nenhum critério que determine a publicação de uma listagem sobre os revisores.
Scielo Brasil	• Realizar acordo entre pareceristas e autores a solicitação e aceitação da publicação dos pareceres dos artigos aprovados com a identificação opcional dos pareceristas e abertura mútua de suas identidades no processo de avaliação.
Qualis Periódicos	• Descrição e transparência do processo editorial.
Normas de submissão, procedimentos de tramitação e arbitragem	
Manual ANPAD	• Disponibilizar permanentemente, no sítio eletrônico, as normas de submissão, com menção explícita aos idiomas de submissão e publicação oficiais do periódico, e a política editorial, incluindo a descrição dos procedimentos de tramitação e arbitragem.
NBR 6021	• Esclarecimentos quanto ao campo de atuação e aos objetivos, bem como exigências quanto à apresentação, à formatação e ao suporte físico dos originais destinados à publicação.
Scielo Brasil	• As instruções devem conter as normas bibliográficas que são adotadas para as citações e para as referências bibliográficas dos materiais utilizados, como dados de pesquisa, métodos, programas ou qualquer outro material utilizado.
Qualis Periódicos	• Deve ser incluído na descrição e transparência do processo editorial, no qual os autores obrigatoriamente devem seguir as Normas Técnicas editoriais da ABNT ou equivalente. Os resumos devem ser apresentados em Língua Portuguesa e em, pelo menos, uma língua estrangeira, seguido de

	palavras-chave.
Fascículos/periodicidade	
Manual ANPAD	• Publicar, no mínimo, dois fascículos por ano, contendo artigos de caráter acadêmico-científico, inéditos e significativos para a área específica do periódico.
NBR 6021	• Intervalo de tempo entre a publicação sucessiva dos fascículos de um mesmo título de publicação. Quando editado regularmente, o periódico pode ser diário, semanal, quinzenal, bimensal, mensal, bimestral, trimestral, semestral, anual, bienal, trienal e outros.
Scielo Brasil	• Indicar o fluxo da produção editorial do periódico, no qual as publicações devem ser contínuas.
Qualis Periódicos	• A periodicidade é um elemento que deve ser regular e atualizado e também com ênfase na publicação contínua.
Apresentação dos trabalhos	
Manual ANPAD	• Apresentar, no início de cada artigo: título, resumo e palavras-chave, no(s) idioma(s) em que for oferecido o texto e em inglês; e os nomes dos autores, com a respectiva afiliação institucional.
NBR 6021	• Seguir conforme a ABNT NBR 6022: Informação e Documentação: artigo em publicação periódica científica impressa.
Scielo Brasil	• Recomenda-se que todo o conteúdo das obras estejam conforme as normas bibliográficas atuais.
Qualis Periódicos	• Recomenda-se que todo o conteúdo das obras estejam conforme as normas bibliográficas atuais.
Endereço eletrônico dos autores	
Manual ANPAD	• Fornecer o endereço físico ou eletrônico de pelo menos um dos autores.
NBR 6021	• Não consta no documento este critério.
Scielo Brasil	• O endereço do(a) autor(a)-correspondente deve ser apresentado separadamente e pode vir no final do artigo.
Qualis Periódicos	• Identificar os autores incluindo seu endereço de e-mail.